



Porto do Aço Operações S.A.

**Informações financeiras
intermediárias em 31 de março de
2020**

Conteúdo

Relatório sobre a revisão das informações financeiras intermediárias condensadas, individuais e consolidadas	3
Balancos patrimoniais condensados	5
Demonstrações condensadas dos resultados	7
Demonstrações condensadas dos resultados abrangentes	9
Demonstrações condensadas das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações condensadas dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às informações financeiras intermediárias condensadas, individuais e consolidadas	12



KPMG Auditores Independentes
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de Informações financeiras intermediárias condensadas

Aos Conselheiros e Diretores da
Porto do Açú Operações S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias condensadas, individuais e consolidadas, da Porto do Açú Operações S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três meses findo naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das Informações financeiras intermediárias individuais de acordo com o CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e das Informações financeiras intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21(R1) e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas Informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as Informações financeiras intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias individuais acima referidas não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1).




Conclusão sobre as Informações financeiras intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as Informações financeiras intermediárias consolidadas acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e com a IAS 34 emitida pelo IASB, aplicáveis à elaboração de informações financeiras intermediárias.

Rio de Janeiro, 12 de maio de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ


Juliana Ribeiro de Oliveira
Contador CRC RJ-095335/O-0

Balanços patrimoniais condensados em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	21.703	22.383	29.958	29.756
Títulos e valores mobiliários	6	-	6	2.948	3.431
Caixa restrito	6	8.682	5.668	8.682	5.668
Depósitos bancários vinculados	7	1.015	1.045	1.025	1.059
Clientes	8	29.560	26.824	29.969	27.719
Outros valores a receber	21	8.197	7.979	7.973	7.642
Impostos a recuperar	9	1.777	1.935	2.707	2.767
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	9	-	-	223	750
Despesas antecipadas	13	12.691	841	12.700	856
Adiantamentos		2.255	379	2.260	379
Estoques		709	561	709	561
Créditos com terceiros	15	193	168	193	168
Outros		252	259	52	58
Total do ativo circulante		87.034	68.048	99.399	80.814
Não circulante					
Depósitos bancários vinculados	7	3.535	3.676	3.535	3.676
Clientes	8	75.716	73.152	75.716	73.152
Créditos a receber	22	594.242	582.696	594.242	582.696
Debêntures	14	659.393	659.393	659.393	659.393
Créditos com terceiros	16	80.031	80.031	80.031	80.031
Depósitos restituíveis	11	55.026	52.491	55.026	52.491
Depósitos judiciais	12	25.201	25.128	25.201	25.128
Impostos a recuperar	9	4.627	4.627	4.627	4.627
Impostos diferidos	10	40.676	40.676	40.731	40.727
Investimentos em controladas	16	103.489	103.403	-	-
Propriedade para investimento	17	441.029	441.029	520.893	520.893
Imobilizado	18	2.986.674	3.023.006	2.997.929	3.034.090
Intangíveis	19	6.245	6.010	6.349	6.107
Diferido	20	28.326	29.843	-	-
Direito de uso	21	2.071	1.931	2.071	1.931
Total do ativo não circulante		5.106.281	5.127.092	5.065.744	5.084.942
Total do ativo		5.193.315	5.195.140	5.165.143	5.165.756

As notas explicativas são parte integrante das Informações financeiras intermediárias condensadas, individuais e consolidadas.

Balancos patrimoniais condensados em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	25	22.562	29.079	23.036	29.586
Empréstimos, financiamentos e debêntures	23	108.159	469.648	108.159	469.648
Passivos de arrendamento	21	1.316	962	1.316	962
Salários e encargos a pagar		22.652	18.445	22.802	18.570
Outros passivos financeiros	22	9.901	7.549	8.726	6.419
Adiantamento de clientes	26	2.391	2.391	2.391	2.391
Imposto de renda e contribuição social a recolher	24	-	-	213	618
Outros Impostos e contribuições a recolher	24	1.764	2.253	1.797	2.266
Outros		523	81	522	81
Total do passivo circulante		169.268	530.408	168.962	530.541
Não circulante					
Fornecedores	25	12.156	12.156	12.156	12.156
Impostos e contribuições a recolher	24	19.048	8.870	19.048	8.870
Empréstimos, financiamentos e debêntures	23	4.874.216	4.631.655	4.874.216	4.631.655
Passivos de arrendamento	21	867	1.064	867	1.064
Obrigações com terceiros	15	21.498	21.498	21.498	21.498
Adiantamento de clientes	26	19.678	20.276	19.678	20.276
Provisão para perdas em investimentos	16	715	710	-	-
Provisão para contingências	27	7.311	5.656	7.311	5.656
Outros		-	-	483	484
Total do passivo não circulante		4.955.489	4.701.885	4.955.257	4.701.659
Patrimônio líquido					
Capital social	28	2.934.929	2.085.348	2.934.929	2.085.348
Reservas de capital		21.616	611.196	21.616	611.196
Prejuízos acumulados		(2.887.987)	(2.733.697)	(2.915.792)	(2.763.159)
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		68.558	(37.153)	40.753	(66.615)
Participação de acionistas não controladores		-	-	171	171
Total do patrimônio líquido		68.558	(37.153)	40.924	(66.444)
Total do passivo e patrimônio líquido		5.193.315	5.195.140	5.165.143	5.165.756

As notas explicativas são parte integrante das Informações financeiras intermediárias condensadas, individuais e consolidadas.

Demonstrações condensadas dos resultados
Períodos findos em 31 de março de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/2020	31/03/2019	31/03/2020	31/03/2019
Receita líquida de prestação de serviços	29	50.531	45.314	51.900	46.550
Custo dos serviços prestados	30	(40.804)	(38.475)	(40.923)	(38.578)
Lucro bruto		9.727	6.839	10.977	7.972
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas administrativas	31	(25.995)	(18.789)	(24.860)	(17.338)
Reversão da provisão ao valor recuperável de ativos ("impairment")	1, 17 e 18	-	1.517	-	-
Reversão da provisão para perda - depósitos restituíveis	11	2.926	3.879	2.926	3.879
Reversão (provisão) para perda sobre recebíveis	6,7 e 8	(4.897)	49	(4.898)	42
Outras receitas (despesas)		(4.182)	(759)	(4.224)	(759)
Resultado antes do resultado financeiro, equivalência patrimonial e impostos		(22.421)	(7.264)	(20.079)	(6.204)
Receitas financeiras		15.018	15.968	15.108	16.138
Despesas financeiras		(146.968)	(144.315)	(147.455)	(144.325)
Resultado financeiro	32	(131.950)	(128.347)	(132.347)	(128.187)
Resultado de equivalência patrimonial	16	81	824	-	-
Resultado antes dos impostos		(154.290)	(134.787)	(152.426)	(134.391)
Imposto de renda e contribuição social corrente	24	-	-	(213)	(402)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	24	-	-	5	6
Prejuízo do período		(154.290)	(134.787)	(152.634)	(134.787)
Resultado atribuível aos:					
Acionistas controladores		(154.290)	(134.787)	(152.634)	(134.787)
Acionistas não controladores		-	-	-	-
Resultado por ação		(0,05257)	(0,4922)	(0,05201)	(0,4925)

As notas explicativas são parte integrante das Informações financeiras intermediárias condensadas, individuais e consolidadas.

Demonstrações condensadas dos resultados abrangentes
Períodos findos em 31 de março de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/03/2019	31/03/2020	31/03/2019
Prejuízo do período	(154.290)	(134.787)	(152.634)	(134.787)
Total dos resultados abrangentes do período	(154.290)	(134.787)	(152.634)	(134.787)
Resultado atribuível aos:				
Acionistas controladores	(154.290)	(134.787)	(152.634)	(134.787)
Acionistas não controladores	-	-	-	-

As notas explicativas são parte integrante das Informações financeiras intermediárias condensadas, individuais e consolidadas.



Demonstrações condensadas das mutações do patrimônio líquido
 Períodos findos em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019
 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de Capital	Adiantamento para futuro aumento de capital	Opções de ações outorgadas	Varição percentual na participação de investidas	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido - controladora	Ajuste IFRS (*)	Total Patrimônio líquido	Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldo em 1º de janeiro de 2019	2.061.053	8.081	-	1.370	107	(2.246.023)	(175.412)	-	(175.412)	171	(175.241)
Prejuízo do período	-	-	-	-	-	(487.674)	(487.674)	(29.462)	(517.136)	-	(517.136)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	589.580	-	-	-	589.580	-	589.580	-	589.580
Aumento de capital	24.295	-	-	-	-	-	24.295	-	24.295	-	24.295
Reserva de capital	-	12.058	-	-	-	-	12.058	-	12.058	-	12.058
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.085.348	20.139	589.580	1.370	107	(2.733.697)	(37.153)	(29.462)	(66.615)	171	(66.444)
Prejuízo do período	-	-	-	-	-	(154.290)	(154.290)	1.656	(152.634)	-	(152.634)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	260.001	-	-	-	260.001	-	260.001	-	260.001
Aumento de capital	849.581	-	(849.581)	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de março de 2020	2.934.929	20.139	-	1.370	107	(2.887.987)	68.558	(27.806)	40.752	171	40.923

(*) – veja nota explicativa nº 4.a.

As notas explicativas são parte integrante das Informações financeiras intermediárias condensadas, individuais e consolidadas

Demonstrações condensadas dos fluxos de caixa
Períodos findos em 31 de março de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/03/2019	31/03/2020	31/03/2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo antes dos impostos	(154.290)	(134.787)	(152.426)	(134.391)
Itens de resultado que não afetam o caixa:				
Depreciação e amortização	32.122	29.061	30.629	27.548
Amortização direito de uso	1.262	250	1.451	250
Reversão da provisão para <i>impairment</i>	-	(1.517)	-	-
Baixa de ativo	6.966	-	6.966	-
Resultado de equivalência patrimonial	(81)	(824)	-	-
Variação cambial, monetária e juros não pagos/realizados	124.918	123.881	124.145	123.881
Amortização do custo de transação	5.255	4.476	5.255	4.476
Reversão da provisão de perdas sobre depósitos restituíveis	(2.926)	(3.879)	(2.926)	(3.879)
Provisão (reversão) de perdas sobre recebíveis	4.897	(49)	4.898	(42)
Provisão (reversão) para bônus	3.883	3.643	3.897	3.656
Provisão para contingências	1.655	(25)	1.655	(25)
	23.661	20.230	23.544	21.474
(Aumento) redução de ativos e aumento (redução) de passivos:				
Clientes	(10.191)	(102)	(9.712)	(1.297)
Impostos a recuperar	(5.653)	4.214	(5.838)	4.186
IR e CSLL a recuperar	-	-	527	1.037
Depósitos bancários vinculados	171	512	175	504
Depósitos restituíveis	3.531	3.827	3.531	3.827
Outros ativos financeiros	(217)	1.896	(330)	1.928
Outros valores a receber	(3.555)	(2.344)	(2.342)	(2.322)
Fornecedores	(6.517)	(5.223)	(6.553)	(5.163)
Impostos e contribuições a recolher	5.185	(712)	4.694	(2.181)
Salários e encargos a pagar	324	877	335	887
Outros passivos financeiros	2.352	(69)	2.307	(187)
Adiantamento de clientes	(598)	(591)	(598)	(591)
Outras obrigações	441	(51)	441	(57)
	8.934	22.464	10.181	22.045
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais				
	8.934	22.464	10.181	22.045
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de bens do imobilizado	(1.232)	(16.888)	(1.428)	(16.981)
Aquisição de bens intangíveis	(241)	(91)	(249)	(92)
Títulos e valores mobiliários	6	(25.160)	483	(30.252)
Propriedade para investimento	-	(1.227)	-	(1.494)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	(814)	-	-
	(1.467)	(44.180)	(1.194)	(48.819)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento				
	(1.467)	(44.180)	(1.194)	(48.819)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Aumento de capital	260.001	24.295	260.001	24.295
Aumento de reserva de capital	-	12.058	-	12.058
Empréstimos liquidados com terceiros	(79.196)	(1.172)	(79.196)	(1.172)
Custos de transação	(50.894)	(255)	(50.894)	(255)
Juros pagos	(133.693)	(127)	(133.693)	(127)
Caixa restrito	(3.014)	-	(3.014)	-
Passivo de arrendamento	(1.351)	(250)	(1.989)	(250)
	(8.147)	34.549	(8.785)	34.549
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de financiamento				
	(8.147)	34.549	(8.785)	34.549
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	(680)	12.833	202	7.775
Caixa e equivalentes no início do período	22.383	56.142	29.756	62.774
Caixa e equivalentes no fim do período	21.703	68.975	29.958	70.549
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	(680)	12.833	202	7.775

As notas explicativas são parte integrante das Informações financeiras intermediárias condensadas, individuais e consolidadas

Notas explicativas às Informações financeiras intermediárias condensadas,
individuais e consolidadas

Em 31 de março de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Porto do Açu Operações S.A. (“Porto do Açu” ou “Companhia”), situada à rua do Russel, 804, 5º andar, Glória, Rio de Janeiro, foi constituída em 11 de abril de 2007 com o objetivo de desenvolver e operar atividades de logística e infraestrutura integradas principalmente no setor portuário, por meio do Porto do Açu, que está localizado no litoral norte do Estado do Rio de Janeiro, no Município de São João da Barra, a 45 km da cidade de Campos dos Goytacazes. Possui localização estratégica a aproximadamente 150 km de distância da Bacia petrolífera de Campos. Trata-se de um Porto privativo de uso misto desenvolvido no conceito de porto-indústria e está em operação desde outubro de 2014. A Companhia é uma subsidiária controlada por Prumo Logística S.A. (“Prumo”).

2 Licenças e autorizações

Nova Licença ou autorização obtidas no 1º trimestre de 2020:

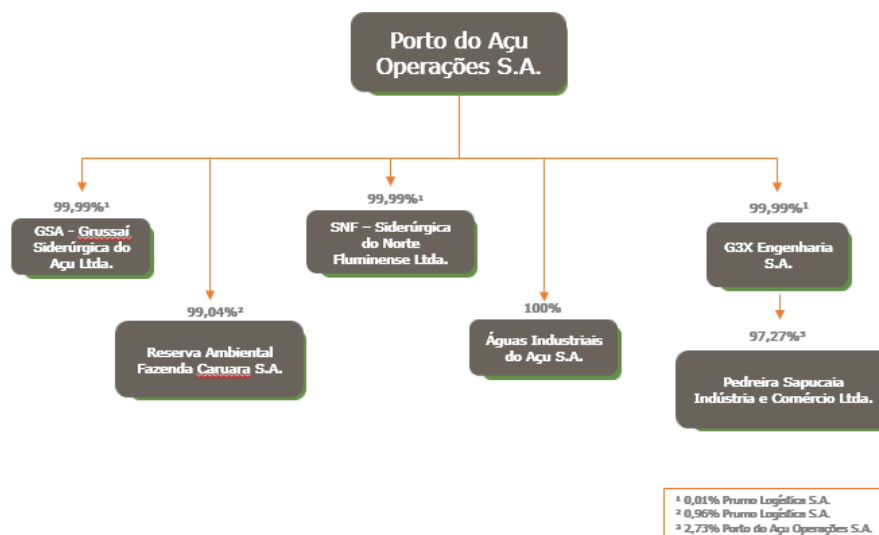
Empresas	Descrição	Documento	Data de emissão	Vigência
Porto do Açu	Para a implantação do Terminal Sul, planta portuária destinada à movimentação de cargas e produtos para importação e exportação (granéis sólidos e líquidos de diversas naturezas, carga geral e cargas de projeto), com supressão de vegetação nativa de 0,7 ha de eucaliptos encontrados na área de intervenção e realizar captura, transporte e monitoramento de fauna silvestre.	LI n° IN050940 em substituição a LI n° IN023176	13/01/2020	13/01/2024

Notas explicativas às Informações financeiras intermediárias condensadas,
individuais e consolidadas
Em 31 de março de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

3 Empresas do grupo

Controladas diretas:	País	Participação acionária	
		2019	2018
G3X Engenharia Ltda. ("G3X")	Brasil	99,99%	99,99%
Águas Industriais do Aço S.A. ("Águas Industriais", antiga EBN)	Brasil	100,00%	100,00%
GSA - Grussaí Siderúrgica do Aço S.A. ("GSA")	Brasil	99,99%	99,99%
Reserva Ambiental Fazenda Caruara S.A. ("Reserva Ambiental Caruara")	Brasil	99,04%	98,96%
Siderúrgica do Norte Fluminense S.A. ("SNF")	Brasil	99,99%	99,99%

Controladas indiretas:	País	2019	2018
Pedreira Sapucaia Indústria e Comércio Ltda. ("Pedreira Sapucaia")	Brasil	97,27%	97,80%
Fundo de Investimentos em Cotas Multimercado Crédito Privado LLX 63	Brasil	99,99%	99,99%



Além da Porto do Aço, as controladas Reserva Ambiental Fazenda Caruara S.A. ("Reserva Ambiental Caruara") e Águas Industriais do Aço ("Águas Industriais") já se encontram em operação e a controlada Pedreira Sapucaia Indústria e Comércio Ltda. ("Pedreira Sapucaia") operou em 2012 e 2013 e teve uma parada em sua operação em 2014. As demais empresas controladas pela Companhia ainda se encontram em fase pré-operacional.

4 Base de preparação e apresentação das informações financeiras intermediárias

a) Declaração de conformidade

As Informações financeiras intermediárias individuais foram elaboradas de acordo com o CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos

Notas explicativas às Informações financeiras intermediárias condensadas,
individuais e consolidadas

Em 31 de março de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Contábeis (CPC) e as informações financeiras intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* - IASB.

As Informações financeiras intermediárias individuais foram elaboradas de acordo com o BR GAAP e incluem o ativo diferido da Companhia, portanto, estas Informações financeiras intermediárias individuais em BR GAAP não estão de acordo com o IFRS. A diferença entre o patrimônio líquido individual e o consolidado está relacionada ao referido ativo diferido, que foi reconhecido em prejuízos acumulados no patrimônio líquido consolidado quando da adoção inicial do IFRS e a amortização desse ativo diferido vem sendo reconhecido no resultado do período da Companhia desde o início de suas operações em 2014. Conforme demonstrado na nota explicativa nº 18 – Imobilizado, a Companhia reverteu em 31 de dezembro de 2019 a provisão para perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) constituída em exercícios anteriores na UGC Industrial Hub *T-Mult*.

As informações financeiras intermediárias devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2019, aprovadas em 27 de março de 2020, as quais foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), conforme especificado acima

A Administração da Companhia autorizou a conclusão e divulgação das Informações financeiras intermediárias referente ao período findo em 31 de março de 2020, em 11 de maio de 2020. Desta forma, estas Informações financeiras intermediárias consideram eventos subsequentes que pudessem ter efeito sobre as mesmas até a referida data.

As principais políticas contábeis têm sido aplicadas nessas Informações financeiras intermediárias pelas entidades controladas pela Companhia.

b) Base de preparação

As Informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de certos instrumentos financeiros, que foram mensuradas pelo valor justo por meio do resultado e custo amortizado.

c) Continuidade operacional

Em 31 de março de 2020, a Companhia apresentou prejuízo consolidado no período de R\$151.660 (R\$134.787 em 31 de março de 2019), capital circulante consolidado negativo de R\$69.563 (negativo em R\$449.727 em 31 de dezembro de 2019) e patrimônio líquido consolidado de R\$41.897 (negativo em R\$66.444 em 31 de dezembro de 2019).

Notas explicativas às Informações financeiras intermediárias condensadas,
individuais e consolidadas
Em 31 de março de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A estratégia financeira adotada pela Companhia para curto prazo foi a renegociação da dívida de longo prazo com os Bancos Repassadores (Bradesco e Santander) e com os debenturistas (FI-FGTS). O objetivo foi reestruturar o fluxo de serviço da dívida existente, adequando o fluxo de pagamentos à geração de caixa da Companhia. A renegociação foi finalizada em 31 de janeiro de 2020. Conseqüentemente, os fluxos de pagamento no curto prazo foram alongados impactando significativamente na redução do passivo circulante e diminuição do capital circulante líquido negativo.

O acionista majoritário da controladora Prumo Logística aumentou seu compromisso de aporte adicional na Porto do Açu para pagamento de serviço da dívida, aumentando os valores ainda não utilizados do compromisso firmado anteriormente de R\$438 milhões para R\$850 milhões.

Além desses fatores, a Companhia considera em seu plano de negócios longo prazo, estudos técnicos de viabilidade e fluxo de caixa projetado para os próximos 22 anos, uma vez que a maioria dos contratos existentes e previstos são de longa duração, o que suporta a previsão de resultados futuros e a plena capacidade de recuperação dos prejuízos acumulados.

Em 11/03/2020, a Organização Mundial de Saúde declarou que o surto de coronavirus se caracteriza como uma pandemia. As decisões desencadeadas aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar os impactos nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. Os riscos e possíveis impactos do COVID-19 sobre as Demonstrações Financeiras da Porto do Açu com data base 31/03/2020 são a soma desses riscos, decisões significativas de governos e entidades do setor privado.

Os impactos do coronavirus podem vir a ter efeitos significativos no curto prazo, contudo, neste momento, ainda não é possível mensurar de maneira assertiva quão extensos serão, principalmente diante das incertezas quanto às limitações operacionais que podem ocorrer nas atividades em São João da Barra e principalmente quanto tempo essas limitações podem durar.

Adicionalmente, com base nos contratos existentes, informações disponíveis e dados concretos, a Administração reavaliou suas projeções de investimentos, custos, despesas, caixa operacional, recebíveis, recuperabilidade de ativos, impostos e concluiu que, neste momento, não há nenhuma alteração significativa a ser considerada. Desta forma, as principais premissas utilizadas em 31/12/2019 permanecem inalteradas.

Em função da avaliação efetuada, a Administração entende que o plano de negócios preparado demonstra que a Companhia obterá recursos financeiros suficientes para gerar o fluxo de caixa necessário para honrar seus compromissos operacionais no futuro

Notas explicativas às Informações financeiras intermediárias condensadas,
individuais e consolidadas

Em 31 de março de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

previsível. É importante destacar os recursos necessários para liquidação das dívidas de longo prazo da Companhia virão de aportes do acionista Controlador. Portanto, as informações financeiras intermediárias da Companhia foram preparadas com base no pressuposto da continuidade operacional.

d) Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas informações financeiras intermediárias são apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

e) Uso de estimativas e julgamentos

Os julgamentos significativos feitos pela Administração na aplicação das políticas contábeis e as principais fontes de incerteza de estimativa são os mesmos aplicados e evidenciados na nota 5 – Principais Políticas Contábeis nas demonstrações financeiras consolidadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

5 Principais políticas contábeis

Na elaboração destas Informações financeiras intermediárias referente ao período findo em 31 de março de 2020, as políticas contábeis adotadas são uniformes àquelas utilizadas quando da preparação das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2019 emitidas em 27 de março de 2020.

a) Pronunciamentos contábeis emitidos que não estão em vigor

As normas e interpretações emitidas pelo IASB relevantes para a Companhia que ainda não estão em vigor são as mesmas apresentadas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e não resultam impacto às informações financeiras intermediárias da Companhia.

Notas explicativas às Informações financeiras intermediárias condensadas,
individuais e consolidadas
Em 31 de março de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

6 Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e caixa restrito

a. Caixa e equivalente de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Caixa e bancos	1.537	1.999	1.938	3.398
Equivalentes de caixa				
Operações compromissadas	20.168	20.385	27.960	26.326
CDBs	-	-	62	34
	20.168	20.385	28.022	26.360
Provisão de perdas estimadas	(2)	(1)	(2)	(2)
	21.703	22.383	29.958	29.756

Os fundos de investimentos têm seus recursos aplicados em certificado depósito bancário (CDB's) e em operações lastreadas em títulos públicos (compromissadas), cujos prazos de vencimentos são de até três meses contados a partir da data de aquisição.

Aplicações em certificados de depósitos bancários (CDB's) com prazos de até três meses contados a partir da data de aquisição, por outras aplicações em contas remuneradas com liquidez diária e outros instrumentos de renda fixa de curto prazo.

b. Títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Títulos públicos	-	6	2.948	3.431
Provisão de perdas estimadas	-	-	-	-
	-	6	2.948	3.431

Os títulos públicos emitidos pelo Tesouro Nacional foram adquiridos por meio do Fundo Exclusivo no Bradesco. Estes investimentos financeiros possuem prazos de vencimento superiores a três meses e são apresentados no ativo circulante em função da expectativa de realização no curto prazo.

Conforme determinação da Instrução CVM 408/05, as informações consolidadas incluem os saldos e as transações do fundo de investimento exclusivo, cujos quotistas são a Companhia e suas controladas.

Notas explicativas às Informações financeiras intermediárias condensadas,
individuais e consolidadas
Em 31 de março de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

c. Caixa restrito

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Caixa restrito	8.682	5.668	8.682	5.668
	8.682	5.668	8.682	5.668

O caixa restrito consiste em montantes depositados diariamente em conta bancária no percentual de 15% (55% em 31 de dezembro de 2019) dos recursos recebidos pela Porto do Açu em conta centralizadora, conforme estabelecido no anexo I do contrato de financiamento, cujo recursos serão utilizados como “Garantia” ao referido empréstimo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”).

7 Depósitos bancários vinculados

	Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019
Porto do Açu (*)	4.550	4.721
GSA	10	14
	4.560	4.735
Provisão de perdas estimadas	-	-
	4.560	4.735
Circulante	1.025	1.059
Não circulante	3.535	3.676

- (*) Depósito de recursos no Banco Santander realizados pela Porto do Açu que consistem em obrigação de compensação ambiental fixada no âmbito da licença de instalação n. IN023176, e somente poderão ser utilizados para investimentos em ações e projetos socioambientais previamente aprovados pela Secretaria de Estado do Ambiente e do Instituto Estadual do Ambiente, conforme previsto no Termo de Compromisso n. 03/2014.

8 Clientes

	Controladora (c)		Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Cessão do direito real de superfície (Partes relacionadas - Nota 20) (a)	26.390	23.149	26.236	23.037
Serviços portuários (Partes relacionadas - Nota 20)	214	120	214	120
Cessão do direito real de superfície (b)	76.907	71.686	76.907	71.686
Serviços portuários	7.225	5.579	7.225	5.579
Outros	142	149	797	1.247
	110.878	100.683	111.379	101.669
Provisão de perdas estimadas	(5.602)	(707)	(5.694)	(798)
	105.276	99.976	105.685	100.871
Circulante	29.560	26.824	29.969	27.719
Não circulante	75.716	73.152	75.716	73.152

O saldo a receber refere-se a:

- (a) Refere-se principalmente ao reconhecimento receita do contrato de aluguel (cessão do direito real de superfície), sobre a área de 377.991,75 m², com a Empresa UTE GNA I onde estão sendo instaladas as usinas termoeletricas. A receita é reconhecida pelo método linear compreendendo o prazo total do contrato de arrendamento, conforme determina o CPC

Notas explicativas às Informações financeiras intermediárias condensadas,
individuais e consolidadas

Em 31 de março de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

06. O reconhecimento da receita linear deste referido contrato foi mensurado no valor total de R\$24.296 até 31 de março de 2020 e o fluxo de pagamento para este contrato é de longo prazo a partir de janeiro de 2021.

- (b) Cessão do direito real de superfície de terrenos do Porto do Açu relativo aos clientes: Technip, Wärtsilä, NOV, Intermoor, Edison Chouest, Embratel, Acciona, NFX e outros;
- (c) O contrato de financiamento com BNDES prevê a retenção em garantia de 15% dos recebíveis na controladora conforme cláusula contratual e demonstrado na Nota explicativa nº 06 item c – Caixa restrito.

A Companhia possui como critério para avaliação de crédito e cálculo da perda esperada de recebíveis a análise dos seguintes itens:

- Demonstrações financeiras;

- Rating do Serasa.

A maior parte dos recebíveis que a Companhia possui em 31 de março de 2020 é decorrente de sua atividade de cessão do direito real de superfície. A Companhia efetuou avaliação sobre os riscos de crédito e perda esperada dos recebíveis e não identificou perdas adicionais além dos montantes já contabilizados nessas informações financeiras trimestrais. Adicionalmente, a Companhia irá continuar avaliando os futuros impactos em seus recebíveis em decorrência da situação financeira e econômica do país e de seus clientes.

9 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Imposto sobre serviços ("ISS")	575	575	575	575
Imposto sobre circulação mercadorias ("ICMS")	1.870	1.870	1.870	1.870
Imposto de renda retido na fonte ("IRRF")	987	940	1.917	1.679
Programa de integração social ("PIS")	1.008	1.035	1.008	1.052
Contribuição para o financiamento da seguridade social ("COFINS")	1.867	2.068	1.867	2.144
Imposto de renda e contribuição social ("IRPJ/CSLL")	-	-	223	750
Outros	97	74	97	74
	6.404	6.562	7.557	8.144
Circulante	1.777	1.935	2.930	3.517
Não circulante	4.627	4.627	4.627	4.627

Notas explicativas às Informações financeiras intermediárias condensadas,
individuais e consolidadas
Em 31 de março de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

10 Impostos diferidos

A Companhia e suas controladas registram o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos à alíquota de 34%. A legislação fiscal brasileira permite que prejuízos fiscais sejam compensados com lucros tributáveis futuros por prazo indefinido; no entanto, esta compensação é limitada a 30% do lucro tributável de cada exercício de apuração.

O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado e atualizado periodicamente, enquanto as projeções são atualizadas anualmente, a não ser que ocorram fatos relevantes que possam modificá-las.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Imposto diferido ativo				
Prejuízos fiscais	633.468	598.086	633.873	598.490
Base negativa de contribuição social	228.048	215.311	228.194	215.456
Ajuste Lei nº 11.638/07 - RTT (a)	36.445	38.875	36.472	38.906
Provisão para PPR	3.983	3.116	4.008	3.135
Provisão para perdas estimadas	1.906	241	1.937	272
Provisão para perda dos recebíveis com OSX	15.492	15.492	15.492	15.492
Provisão contingências	2.313	1.756	2.313	1.756
Provisão outras taxas	2.666	2.666	2.666	2.666
Provisão para perda em investimentos	7.854	7.854	14.970	14.970
Provisão para perda de ativos	30.833	30.833	30.833	30.833
Outros	4	4	4	4
Total de créditos fiscais diferidos ativos	963.012	914.234	970.762	921.980
Provisão para realização				
IR diferido não reconhecido - <i>Valuation allowance</i> (b)	(887.272)	(837.013)	(894.967)	(844.708)
Total de impostos diferidos ativos	75.740	77.221	75.795	77.272
Diferença temporária - juros capitalizados	(35.064)	(36.545)	(35.064)	(36.545)
Total de impostos diferidos	40.676	40.676	40.731	40.727

- (a) Refere-se à constituição do imposto de renda e da contribuição social diferidos sobre diferença de tratamento contábil-fiscal sobre o ativo diferido originado a partir de 1º de janeiro de 2009. Enquanto para fins contábeis as despesas consideradas pré-operacionais são reconhecidas no resultado, para fins fiscais são tratadas como se ativo diferido fossem.
- (b) Trata-se de IR diferido não reconhecido decorrente de prejuízo fiscal e base negativa, além da controladora, proveniente das controladas G3X, GSA e SNF em função da ausência de expectativa concreta de resultados tributáveis futuros.

Adicionalmente, a partir de 1º de janeiro de 2017, a controladora Porto do Açu passou a constituir provisão para perda de créditos fiscais referente ao imposto diferido apurado a partir desta data e, até 31 de dezembro de 2018, constituiu uma provisão para perda adicional no montante de R\$837.013 referente a créditos não reconhecidos no período. Para o período findo em 31 de março de 2020, foi constituído uma perda de créditos no montante de R\$50.259. Esta provisão será revertida na medida em que a sua realização for provável, mediante estudo técnico de viabilidade que permitam a realização do ativo fiscal em um período de 10 anos.

Notas explicativas às Informações financeiras intermediárias condensadas,
individuais e consolidadas
Em 31 de março de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

11 Depósitos restituíveis

	31/12/2019	Baixas (Recebimentos)	Reversão da Provisão p/ perda (*)	Atualização monetária	31/03/2020
Porto do Aço	52.491	(3.531)	2.926	3.139	55.025
	52.491	(3.531)	2.926	3.139	55.025

(*) Reversão de provisão de perda diante do êxito de nova estratégia jurídica.

Entre os anos de 2011 e 2015, a Porto do Aço passou a adquirir dos proprietários e/ou possuidores de imóveis desapropriados pela Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro (“CODIN”) os direitos sobre as áreas por eles ocupadas. O objetivo foi auxiliar aqueles que concordaram com os valores de avaliação da CODIN a receber suas indenizações, tendo em vista a precariedade da documentação que possuíam.

As aquisições tiveram como consequência a aceleração da desocupação de áreas destinadas ao Distrito Industrial de São João da Barra, inclusive aquelas que são objeto das Promessas de Compra e Venda celebradas pela Companhia e suas controladas com a CODIN.

No 1º trimestre de 2020, a Porto do Aço recuperou o montante de R\$3.531 que estava depositado em juízo, devido a autorizações judiciais obtidas em processos envolvendo os mencionados terrenos adquiridos pela Companhia.

O levantamento pela Companhia dos valores das ações de desapropriação de áreas por ela adquiridas é autorizado pelo Poder Judiciário, em regra, quando da regularização do título de propriedade e da comprovação da quitação de dívidas fiscais com relação a cada imóvel, na forma da lei. Todavia, A Companhia tem logrado êxito em obter as autorizações judiciais para recebimento desses valores através de uma estratégia jurídica que argumenta a inexistência de outros interessados e que aos poucos tem resultado na melhora significativa do prognóstico de recuperabilidade de alguns depósitos, que por sua vez justifica a reversão de provisão de perda no 1º trimestre de 2020, no montante de R\$2.926.

Em 31 de março de 2020, a Companhia, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, estima expectativa remota de recebimento de valores no montante de R\$20.428 (R\$23.354 em 31 de dezembro de 2019), que continuam com provisão de perda reconhecidos em exercícios anteriores.

Notas explicativas às Informações financeiras intermediárias condensadas,
individuais e consolidadas
Em 31 de março de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

12 Depósitos judiciais

O quadro abaixo demonstra a posição dos depósitos judiciais em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Fazenda Palacete	15.122	15.120
Secretaria Patrimônio da União	9.774	9.714
Depósitos judiciais trabalhistas	305	294
	25.201	25.128

Em 2 de dezembro de 2010, a Porto do Açu depositou em juízo o valor de R\$8.000, para a futura aquisição do imóvel denominado Fazenda Palacete, de propriedade da Cia. Açucareira Usina Barcelos ("CAUB"), pois estava com pedido de recuperação judicial pendente de apreciação. O juiz determinou nova avaliação do imóvel, e requereu novo depósito adicional de R\$1.172, integralmente efetuado em 18 de setembro de 2012. O alvará judicial autorizando a venda foi expedido em setembro de 2012. Em 31 de março de 2020, o valor corrigido totaliza R\$15.122 (R\$15.120 em 31 de dezembro de 2019).

Em 2013, a Porto do Açu ingressou com ação judicial em face da União Federal com o objetivo de discutir o correto valor da remuneração pelo uso do espaço físico em águas públicas, nos termos do "Contrato de Cessão de Espaço Físico em Águas Públicas," celebrado em 6 de outubro de 2010 ("Contrato"). Na referida ação, a Porto do Açu obteve a concessão de medida liminar autorizando o depósito judicial da remuneração estabelecida no Contrato. Neste contexto, os depósitos judiciais efetuados em nome da SPU - Secretaria de Patrimônio da União, em 31 de dezembro de 2015, totalizaram R\$7.614. A ação judicial que discute o correto valor da remuneração pelo uso do espaço físico em águas públicas ainda está pendente de julgamento e os valores permanecem depositados em juízo. Em 31 de março de 2020, o valor corrigido dos depósitos judiciais totaliza R\$9.774 (R\$9.714 em 31 de dezembro de 2019). O montante de R\$305 (R\$294 em 31 de dezembro de 2019) refere-se a outros processos.

13 Despesas antecipadas

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
IPTU 2020 (a)	10.396	-	10.396	-
Seguros diversos	2.295	841	2.304	856
	12.691	841	12.700	856

(a) Refere-se a 9 inscrições de IPTU com amortização no decorrer do exercício 2020.

Notas explicativas às Informações financeiras intermediárias condensadas,
individuais e consolidadas
Em 31 de março de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

14 Debêntures

a. Debêntures OSX

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019
Debêntures	659.393	659.393
DIP	10.961	10.961
Total	670.354	670.354
(-) Redução do valor recuperável de ativos (" <i>impairment</i> ")	(10.961)	(10.961)
Total	659.393	659.393

Nos termos do plano de recuperação judicial da OSX Construção Naval S.A. ("OSX"), aprovado pela Assembleia Geral de credores em 17 de dezembro de 2014 e homologado pelo juiz da recuperação em 08 de janeiro de 2015, a Porto do Açu subscreveu e integralizou, com seus créditos em face da OSX, em 29 de janeiro de 2016, debêntures emitidas pela OSX no valor total de R\$723.716 nas seguintes condições:

- Data de vencimento: 20 anos
- Amortização do Principal: em uma única parcela, na data do vencimento
- Cálculo dos juros remuneratórios: 100% do CDI
- Pagamento dos juros: a partir do 6º ano

Adicionalmente, nos termos do referido plano de recuperação judicial, a Porto do Açu concedeu para a OSX o valor de R\$10.961 na forma de empréstimo ("DIP"), em 29 de janeiro de 2016. Este valor também foi utilizado para subscrição e integralização de debêntures emitidas pela OSX.

O montante total de debêntures conforme o plano de recuperação judicial é de R\$734.677, sendo composto por: (i) R\$646.886 relativos aos custos relacionados à construção do canal do terminal T2; (ii) R\$10.961 relativos ao empréstimo DIP; (iii) R\$12.507 relativos à linha de transmissão; (iv) R\$34.580 referentes à cessão do direito real de superfície, cujo saldo até julho de 2014 foi provisionado para perda; e (v) R\$29.743, devidos a partir de agosto de 2014, não contabilizados por não atender os critérios de reconhecimento de receita, no que tange à improbabilidade de benefícios econômicos associados a essa transação.

Caso, eventualmente, a OSX não honre o acordo, o montante de R\$646.886 de custos de construção do canal será agregado ao custo de construção do Terminal T2 e os R\$12.507 da linha de transmissão serão agregados a propriedades para investimento e deverão ser futuramente recuperados por meio das respectivas operações. Conforme divulgado na Nota explicativa nº 18 - Imobilizado, estes valores foram incorporados ao teste de recuperabilidade da UGC *Industrial Hub/T-Mult*.

Ainda em face das incertezas no recebimento do valor total do crédito e de acordo com o CPC 25 - Provisões, Passivos e Ativos Contingentes, a Administração entende que não é adequado o reconhecimento contábil dos juros remuneratórios das debêntures, no

Notas explicativas às Informações financeiras intermediárias condensadas,
individuais e consolidadas

Em 31 de março de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

montante aproximado de R\$381.024 até 31 de março de 2020 (R\$371.079 em 31 de dezembro de 2019), bem como constituiu provisão para perda ao valor recuperável no montante de R\$10.961 relativos ao empréstimo DIP.

15 Créditos e obrigações com terceiros

a. Créditos com terceiros

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019
Créditos com OSX	83.218	83.218
(-) Provisão para perda estimada	(3.203)	(3.203)
Créditos com OSX (*)	80.015	80.015
Outros	209	184
	80.224	80.199
Circulante	193	168
Não circulante	80.031	80.031

(*) Este montante é composto por: (i) R\$64.668 referente a custos relacionados à construção do canal do terminal T2; (ii) R\$10.000 adiantamento de aluguel da área utilizada pela Dome pago à OSX; (iii) R\$8.550 retenção contratual de fornecedores faturados contra OSX e liquidados pela Porto do Açu; e (iv) R\$(3.203) de provisão para perdas referente a despesas de compartilhamento de custos de sustentabilidade.

Após o acordo judicial mencionado na nota anterior, a Porto do Açu ainda pagou diretamente aos fornecedores os custos relacionados à construção do canal do T2. Dessa forma, no caso de a OSX não honrar essa dívida apenas o valor de R\$64.668 será agregado ao custo de construção do T2 e deverá ser futuramente recuperado por meio das respectivas operações portuárias. Conforme divulgado na Nota explicativa 17 - Imobilizado, os créditos com a OSX foram incorporados ao teste de recuperabilidade da UGC Industrial Hub/T-Mult.

b. Obrigações com terceiros

Em 31 de março de 2020 a Companhia tem obrigações com a OSX no montante de R\$19.880 e provisão de R\$1.618 referente a taxa de ocupação devida à Secretaria de Patrimônio da União – SPU, sendo R\$886 referente a taxa de 2018 e R\$732 a taxa de 2019.

Notas explicativas às Informações financeiras intermediárias
Em 31 de março de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

16 Investimentos

a) Participações societárias

31 de março de 2020											
Controladas diretas	%	Quantidade ações/ quotas (mil)	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Capital social	Adiantamento para futuro aumento do capital - AFAC	Reserva legal	Dividendos adicionais propostos	Ganho/perda na variação percentual	Prejuízo acumulado
GSA	99,99%	32.823	32.511	11	32.500	32.823	-	95	-	-	(418)
Reserva Ambiental Caruara	99,04%	17.302	17.556	81	17.475	17.302	-	233	60	-	(120)
G3X	99,99%	38.648	131	10	121	38.678	-	-	-	123	(38.680)
Águas Industriais	100,00%	9.436	30.335	19.634	10.701	9.641	-	275	540	-	245
SNF	99,99%	44.081	43.212	235	42.977	44.081	215	-	-	-	(1.319)

31 de dezembro de 2019											
Controladas diretas	%	Quantidade ações/ quotas (mil)	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Capital social	Adiantamento para futuro aumento do capital - AFAC	Reserva legal	Dividendos adicionais propostos	Ganho/perda na variação percentual	Prejuízo acumulado
GSA	99,99%	32.823	32.532	14	32.518	32.823	-	95	-	-	(400)
Reserva Ambiental Caruara	99,04%	17.302	17.842	247	17.595	17.302	-	233	60	-	-
G3X	99,99%	38.648	136	10	126	38.648	30	-	-	123	(38.675)
Águas Industriais	100,00%	9.436	24.361	13.905	10.456	9.436	205	275	540	-	-
SNF	99,99%	44.081	43.234	235	42.999	44.081	215	-	-	-	(1.297)

Notas explicativas às Informações financeiras intermediárias
Em 31 de março de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

a) Participações societárias--Continuação

Movimentações - Controladora

Controladas diretas	31/12/2019	Aumento (Redução) de capital	Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	Ganho/perda na variação percentual	Dividendos	Equivalência patrimonial	Provisão para perdas em investimentos	31/03/2020
GSA	32.515	-	-	-	-	(18)	-	32.497
Reserva Ambiental Caruara	17.428	-	-	-	-	(119)	-	17.309
G3X	-	30	(30)	-	-	(5)	5	-
Águas Industriais	10.456	205	(205)	-	-	245	-	10.701
SNF	42.998	-	-	-	-	(22)	-	42.976
Outros	6	-	-	-	-	-	-	6
	103.403	235	(235)	-	-	81	5	103.489

Controladas diretas	31/12/2018	Aumento (Redução) de capital	Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	Ganho/perda na variação percentual	Dividendos	Equivalência patrimonial	Provisão para perdas em investimentos	31/12/2019
GSA	40.062	(7.400)	-	-	-	(147)	-	32.515
Reserva Ambiental Caruara	17.626	-	-	-	(282)	84	-	17.428
G3X	(693)	10	30	29	-	(86)	710	-
Águas Industriais	10.608	1.004	205	-	(2.119)	758	-	10.456
SNF	43.097	126	215	-	-	(440)	-	42.998
Outros	5	30	-	(29)	-	-	-	6
	110.705	(6.230)	450	-	(2.401)	169	710	103.403

Notas explicativas às Informações financeiras intermediárias
Em 31 de março de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

17 Propriedades para investimento

	31/12/2019	Consolidado		31/03/2020
		Adição	Baixa	
Porto do Açu	441.029	-	-	441.029
GSA	31.695	-	-	31.695
Reserva Ambiental Caruara	5.244	-	-	5.244
SNF	42.925	-	-	42.925
	520.893	-	-	520.893

	31/12/2018	Consolidado			31/12/2019
		Adição	Impairment (*)	Baixa	
Porto do Açu	475.086	491	(34.324)	(224)	441.029
GSA	31.695	-	-	-	31.695
Reserva Ambiental Caruara	5.244	-	-	-	5.244
SNF	42.925	-	-	-	42.925
	554.950	491	(34.324)	(224)	520.893

(*) R\$34.324 refere-se à provisão para perda de recuperabilidade de ativos identificada em análise individual no nível do ativo por falta de expectativa de uso.

Propriedades para investimento incluem terrenos cuja posse é transferida onerosamente para terceiros. O instrumento jurídico usualmente utilizado nessa transferência é o contrato de cessão de uso, posse e futura concessão onerosa do direito real de superfície. Estes contratos contemplam períodos de 5 a 40 anos, renováveis ou não, sendo que todos possuem o valor anual indexado pela inflação.

Os gastos incorridos na Porto do Açu, na GSA e na SNF são aqueles destinados ao desenvolvimento e disponibilização das propriedades a empreendedores com o objetivo de se instalarem nas áreas disponíveis do Complexo Industrial do Porto do Açu. As adições demonstradas no quadro referem-se, principalmente, a benfeitorias nestes terrenos destinados a cessão de uso, e outros gastos relacionados ao processo de desapropriação e aquisição das terras. A Reserva Ambiental Caruara desenvolve projetos de recomposição florestal para outras empresas que precisam compensar toda vegetação suprimida pelo processo de implantação, cumprindo assim condicionantes de licenças socioambientais.

As propriedades para investimento são registradas pelo método do custo, porém em atendimento à norma contábil CPC 28 - *Propriedades para investimento*, a entidade deve determinar o valor justo para fins de divulgação. Este cálculo é efetuado através da metodologia de fluxo de caixa descontado, devido à singularidade do negócio e consequente dificuldade de comparação com dados de mercado. Em 31 de março de 2020, a Companhia calculou o valor justo dos terrenos arrendados em R\$1.330.397 equivalente a 1,7MM m² da área total (R\$1.372.244 em 31 de dezembro de 2019). Para os não arrendados a Companhia calculou o valor justo em R\$2.978.600 (R\$4.142.700 em 31 de dezembro de 2019).

Notas explicativas às Informações financeiras intermediárias
Em 31 de março de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

18 Imobilizado

A composição do imobilizado por empresa em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019 é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Porto do Açu	2.986.674	3.023.006	2.985.839	3.022.170
Reserva Ambiental Caruara	-	-	9.243	9.240
Pedreira Sapucaia	-	-	462	462
Águas Industriais	-	-	2.385	2.218
	2.986.674	3.023.006	2.997.929	3.034.090

	Controladora							
	Instalações portuárias	Terrenos	Edificações, benfeitorias e instalações	Máquinas e equipamentos	Obras em andamento	Adiantamentos	Outros	Total
Taxa estimada de depreciação	3,06%	-	5,20%	10,81%	-	-	3,70%	
Saldo em 31/12/2019	2.636.487	68.973	211.232	43.934	56.122	5.189	1.069	3.023.006
Adição	-	-	3	128	1.100	-	1	1.232
Transferência	37.053	-	-	-	(37.053)	-	-	-
Baixa	-	-	-	-	(6.966)	-	-	(6.966)
Depreciação	(25.381)	-	(3.115)	(2.047)	-	-	(55)	(30.598)
Saldo em 31/03/2020	2.648.159	68.973	208.120	42.015	13.203	5.189	1.015	2.986.674
Custo	3.076.294	68.973	262.923	74.320	13.203	5.189	2.885	3.503.787
Depreciação acumulada	(428.135)	-	(54.803)	(32.305)	-	-	(1.870)	(517.113)
Saldo em 31/03/2020	2.648.159	68.973	208.120	42.015	13.203	5.189	1.015	2.986.674

	Controladora						
	Instalações portuárias	Terrenos	Edificações, benfeitorias e instalações	Máquinas e equipamentos	Obras em andamento	Outros	Total
Saldo em 31/12/2018	2.573.498	68.972	172.265	106.119	103.951	7.529	3.032.334
Adição	-	-	-	-	12.830	54	12.884
Transferência	-	-	-	1	-	(1)	-
Baixa	-	-	-	(263)	-	-	(263)
Depreciação	(22.633)	-	(2.865)	(1.978)	-	(53)	(27.529)
Saldo em 31/03/2019	2.550.865	68.972	169.400	103.879	116.781	7.529	3.017.426
Custo	2.887.001	68.972	212.341	128.096	116.781	9.460	3.422.651
Depreciação acumulada	(336.136)	-	(42.941)	(24.217)	-	(1.931)	(405.225)
Saldo em 31/03/2019	2.550.865	68.972	169.400	103.879	116.781	7.529	3.017.426

	Consolidado							
	Instalações portuárias	Terrenos	Edificações, benfeitorias e instalações	Máquinas e equipamentos	Obras em andamento	Adiantamentos	Outros	Total
Taxa estimada de depreciação	3,06%	-	5,20%	10,81%	-	-	3,70%	
Saldo em 31/12/2019	2.635.651	78.658	211.231	45.965	56.307	5.189	1.089	3.034.090
Adição	-	-	4	145	1.278	-	1	1.428
Transferência	37.053	-	139	47	(37.239)	-	-	-
Baixa	-	-	-	-	(6.966)	-	-	(6.966)
Depreciação	(25.382)	-	(3.116)	(2.071)	-	-	(54)	(30.623)
Saldo em 31/03/2020	2.647.322	78.658	208.258	44.086	13.380	5.189	1.036	2.997.929
Custo	3.075.457	78.658	263.062	76.461	13.380	5.189	2.908	3.515.115
Depreciação acumulada	(428.135)	-	(54.804)	(32.375)	-	-	(1.872)	(517.186)
Saldo em 31/03/2020	2.647.322	78.658	208.258	44.086	13.380	5.189	1.036	2.997.929

Notas explicativas às Informações financeiras intermediárias
Em 31 de março de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Consolidado						Total
	Instalações portuárias	Terrenos	Edificações, benfeitorias e instalações	Máquinas e equipamentos	Obras em andamento	Outros	
Saldo em 31/12/2018	2.572.665	78.658	172.266	106.335	105.405	7.549	3.042.878
Adição	-	-	-	-	12.913	53	12.966
Transferência	-	-	-	(4)	2	2	-
Baixa	-	-	-	(252)	-	-	(252)
Depreciação	(22.633)	-	(2.865)	(1.983)	-	(53)	(27.534)
Saldo em 31/03/2019	2.550.032	78.658	169.401	104.096	118.320	7.551	3.028.058
Custo	2.886.168	78.658	212.341	128.326	118.320	9.481	3.433.294
Depreciação acumulada	(336.136)	-	(42.940)	(24.230)	-	(1.930)	(405.236)
Saldo em 31/03/2019	2.550.032	78.658	169.401	104.096	118.320	7.551	3.028.058

Obras em andamento

Na Porto do Açu o saldo de obras em andamento em 31 de março de 2020, incluindo custos diretos e indiretos alocados aos diversos ativos em construção, é composto por obras complementares de infraestrutura geral no valor de R\$13.203 (R\$56.122 em 31 de dezembro de 2019).

Na controlada Águas Industriais do Açu o saldo de obras em andamento em 31 de março de 2020 é de R\$177 (R\$185 em 31 de dezembro de 2019) referente a gastos com projetos para o sistema de águas do porto.

Instalações portuárias

Em 2020 a Companhia iniciou a depreciação de parte da drenagem do TMULT, e algumas obras de vias de acesso no montante de R\$37.053. Adicionalmente a Companhia reavaliou a continuidade de alguns projetos em andamento, ligados à rodovia, ferrovia, e infraestrutura no montante de (R\$6.966), resultando em sua baixa, conforme mencionado em nota explicativa.

- Teste de valor recuperável para os ativos não circulantes (“impairment”)

De acordo com o CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos, a Administração avalia trimestralmente a recuperabilidade dos seus ativos ou quando existirem indicativos de desvalorização de maneira regular e verificar potenciais perdas por incapacidade de recuperação dos valores contábeis.

A Companhia considera suas atividades portuárias e arrendamento de retroárea e na movimentação e armazenagem de containers, veículos, granéis sólidos e cargas soltas como uma única UGC Industrial *Hub/T-Mult*.

Em 31 de março de 2020, a Companhia não verificou a necessidade de constituição de nenhuma provisão para recuperabilidade de seus ativos da UGC *Industrial Hub/T-Mult*.

Notas explicativas às Informações financeiras intermediárias
Em 31 de março de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Na avaliação de recuperabilidade dos ativos realizada em 31 de dezembro de 2019 a Companhia reverteu toda a provisão para recuperabilidade da UGC *Industrial Hub/T-Mult*. Nesta avaliação de 2019 utilizou-se o valor em uso por UGC a partir de projeções aprovadas pela Administração, que consideraram:

- Revisão dos cenários para a UGC conforme planos de negócios, crescimento econômico projetado, considerando tanto receitas futuras projetadas quanto os contratos já firmados com clientes, com destaque para os contratos de locação de área com a Edison Chouest e os contratos de locação de área que estão sendo negociados com a GNA e estimativas de custos operacionais e CAPEX de manutenção;
- Cenário macroeconômico do país;
- Período do fluxo de caixa de 22 anos;
- Taxa de desconto efetiva “rolling WACC” que apresenta diferenças ano a ano em função da variação dos indicadores que a compõe ao longo das projeções. Para fins referenciais a taxa de desconto utilizada na revisão do fluxo de caixa futuro em 2019 foi de 10,33% a 14,17% em termos nominais, baseada na projeção da estrutura de capital ano a ano no custo médio ponderado de capital (“Rolling WACC”); e
- Taxa de crescimento de perpetuidade de 3,51% a.a.

A seguir está apresentado quadro que evidencia a reversão total da perda na redução do valor recuperável dos ativos da UGC *Industrial Hub/T-Mult* em 31 de dezembro de 2019:

Controladora (BR GAAP)				
	2019			2018
Ativos ou unidade geradora de caixa	Valor contábil (a)	Valor em uso	Impairment	Impairment
<i>Industrial Hub/T-Mult</i>	4.300.912	4.836.968	-	(94.296)

Consolidado (IFRS)				
	2019			2018
Ativos ou unidade geradora de caixa	Valor contábil (a)	Valor em uso	Impairment	Impairment
<i>Industrial Hub/T-Mult</i>	4.271.070	4.836.968	-	(58.383)

- (a) O valor contábil dos ativos é composto por: ativo imobilizado, intangível e diferido, propriedades para investimento e debêntures e créditos com a OSX (líquido de obrigações com terceiros) e sem o efeito de provisões de *impairment*.

Notas explicativas às Informações financeiras intermediárias
Em 31 de março de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Movimentação da provisão

	Controladora			2019
	2018	Adições	Reversão	
Industrial Hub/T-Mult (a)	(58.383)	-	58.383	-
Industrial Hub/T-Mult – Diferido (a)	(35.913)	6.070	29.843	-
Pedreira Sapucaia (b)	(16.684)	-	-	(16.684)
	(110.980)	6.070	88.226	(16.684)

	Consolidado			2019
	2018	Adições	Reversão teste impairment	
Industrial Hub/T-Mult	(58.383)	-	58.383	-
Pedreira Sapucaia	(16.684)	-	-	(16.684)
	(75.067)	-	58.383	(16.684)

- (a) Em 31 de dezembro de 2019, a controladora realizou a reversão da provisão de *impairment* sobre o ativo imobilizado e diferido no montante de R\$88.226 e R\$6.070 referente a amortização do ativo diferido. Esta movimentação do diferido só se encontra na controladora, pois para as IFRS - *International Financial Reporting Standards*, este grupo foi extinto.
- (b) Em 2016, a Porto do Aço concluiu que havia necessidade de constituição de provisão para perda de recuperabilidade no valor de R\$16.684, na controlada indireta Pedreira Sapucaia, devido ao fato de não ter a perspectiva de retorno econômico do ativo no curto prazo. Em 31 de dezembro de 2019 a situação se mantém, não havendo nenhum evento que justifique a reversão dessa provisão.

Em 31 de dezembro de 2019 adicionalmente ao procedimento realizado na UGC *Industrial Hub/T-Mult*, a Companhia testou individualmente da base de ativos existente, e identificou a existência de itens que temporariamente não possuem expectativa de recuperabilidade. Para estes itens foi constituída provisão de recuperabilidade no valor de R\$90.687, conforme detalhamento do quadro abaixo.

Esta condição de não recuperabilidade permanece em 31 de março de 2020 para estes ativos.

Movimentação da provisão para recuperabilidade de ativos específicos.

	Controladora			2019
	2018	Adições	Reversão	
Estoque de estacas prancha	-	56.363	-	56.363
Torres de transmissão (a)	-	14.450	-	14.450
Equipamentos elétricos (a)	-	19.874	-	19.874
	-	90.687	-	90.687

- (a) Total de R\$ 32.324 conforme provisão para *Impairment* demonstrado na nota explicativa 16 – Propriedade para Investimento.

Notas explicativas às Informações financeiras intermediárias
Em 31 de março de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

19 Intangíveis

	Taxa anual de amortização (%)	Controladora		Consolidado	
		31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Licença de uso de software	20	3.896	3.773	3.989	3.866
Implantação de sistemas		2.305	2.193	2.316	2.197
Outros		44	44	44	44
		6.245	6.010	6.349	6.107

Teste de valor recuperável para os ativos intangíveis

O montante dos bens intangíveis foi incluído nos testes de *impairment* da UGC *Industrial Hub/T-Mult* mencionados na Nota explicativa nº 18 – Imobilizado.

20 Ativo Diferido

	Controladora	
	31/12/2019	Amortização 31/03/2020
Porto do Açu	29.843	(1.517)
	29.843	(1.517)

	Controladora		
	31/12/2018	Reversão provisão <i>impairment</i>	Amortização 31/12/2019
Porto do Açu	-	35.913	(6.070)
	-	35.913	(6.070)

O ativo diferido está demonstrado ao custo de formação e representa gastos pré-operacionais incorridos e resultados financeiros líquidos incorridos ou auferidos pela Porto do Açu.

Em 31 de dezembro 2008 a Companhia optou por manter o saldo existente no grupo do diferido e efetuar a sua amortização, conforme determina a lei societária nº 11.638/2017 e 6.404/76 respectivamente, pelo prazo de 10 anos.

21 Direito de Uso / Passivo de Arrendamento

A norma contábil IFRS 16 – Leases para arrendadores não altera substancialmente o que já era previsto anteriormente. A contabilidade do arrendador continua a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. A Companhia possui contratos de cessão de direito real de superfície nos quais, se apresenta como arrendador pelo conceito do

Notas explicativas às Informações financeiras intermediárias
Em 31 de março de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

IFRS. Todas estas operações são enquadradas como arrendamento operacional pela norma contábil, não possuindo a Companhia nenhum arrendamento financeiro. Informações sobre a receita destas operações de arrendamento se encontram na Nota explicativa nº 29 – Receita Líquida, e seu gerenciamento de risco está descrito na Nota explicativa nº 35 – Instrumentos Financeiros.

No caso dos arrendatários, a IFRS 16 - Leases introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e ativos de baixo valor.

A Companhia adotou isenções permitidas na norma tais como: exclusão de aplicação da IFRS 16 para ativos subjacentes com baixo valor e contratos com prazo até 12 meses.

Classe ativo	Ativo objeto	Taxa de desconto aplicada %
Terreno	Terreno	10,12
Imóvel	Sala comercial	10,60
Máquinas e equipamentos	Gerador	10,07
Máquinas e equipamentos	Escavadeira	6,95
Máquinas e equipamentos	Trator	6,95
Máquinas e equipamentos	Plataforma elevatória	6,95

A movimentação em 2020 do ativo direito de uso e do passivo de arrendamento é demonstrada no quadro abaixo:

Notas explicativas às Informações financeiras intermediárias
Em 31 de março de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Controladora								
	Taxa Incremental (anual) %	Saldo em 31/12/2019	Adições	Amortização	Transferências	Pagamentos	Juros apropriados	Eliminação	Saldo em 31/03/2020
Ativos:									
Imóveis		1.931	148	(260)	-	-	-	-	1.819
Máquinas e equipamentos		-	1.254	(1.002)	-	-	-	-	252
Total do Ativo		1.931	1.402	(1.262)	-	-	-	-	2.071
Passivos:									
Imóveis		(1.123)	(82)	-	(301)	301	-	-	(1.205)
(-) Encargos financeiros a transcorrer - Imóveis	10,60	161	12	-	26	-	(53)	-	146
Máquinas e equipamentos		-	(1.312)	-	-	1.050	-	-	(262)
(-) Encargos financeiros a transcorrer - Máquinas e equipamentos	6,95 a 10,07	-	58	-	-	-	(53)	-	5
Passivo arrendamento CP		(962)	(1.324)	-	(275)	1.351	(106)	-	(1.316)
Imóveis		(1.123)	(82)	-	301	-	-	-	(904)
(-) Encargos financeiros a transcorrer - Imóveis	10,60	59	4	-	(26)	-	-	-	37
Passivo arrendamento LP		(1.064)	(78)	-	275	-	-	-	(867)
Total do Passivo		(2.026)	(1.402)	-	-	1.351	(106)	-	(2.183)
Resultado									
Amortização – Imóveis		-	-	260	-	-	-	-	260
Amortização – Máquinas e equipamentos		-	-	1.002	-	-	-	-	1.002
Despesa de juros – Imóveis		-	-	-	-	-	53	-	53
Despesa de juros – Máquinas e equipamentos		-	-	-	-	-	53	-	53
Resultado arrendamento		-	-	1.262	-	-	106	-	1.368

Notas explicativas às Informações financeiras intermediárias
Em 31 de março de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Consolidado										
	Taxa Incremental (anual) %	Saldo em 31/12/2019	PIS/COFINS a recuperar	Adições	Baixa	Amortização	Transferências	Pagamentos	Juros apropriados	Eliminação	Saldo em 31/03/2020
Ativos:											
Imóveis		1.931	-	148	-	(260)	-	-	-	-	1.819
Máquinas e equipamentos		-	-	1.254	-	(1.002)	0	-	-	-	252
Terrenos (*)		-	-	6.060	-	(189)	-	-	-	(5.871)	-
Total do Ativo		1.931	-	7.462	-	(1.451)	0	-	-	(5.871)	2.071
Passivos:											
Imóveis		(1.123)	-	(82)	-	-	(301)	301	-	-	(1.205)
(-) Encargos financeiros a transcorrer - Imóveis	10,60	161	-	12	-	-	26	-	(53)	-	146
Máquinas e equipamentos		-	-	(1.312)	-	-	-	1.050	-	-	(262)
(-) Encargos financeiros a transcorrer – Máquinas e equipamentos	6,95 a 10,07	-	-	59	-	-	-	-	(53)	-	6
Terrenos		-	-	(651)	-	-	(498)	498	-	651	-
(-) Encargos financeiros a transcorrer - Terrenos	10,12	-	-	584	-	-	444	-	(449)	(579)	-
Passivo arrendamento CP		(962)	-	(1.390)	-	-	(329)	1.849	(555)	72	(1.315)
Imóveis		(1.123)	-	(82)	-	-	301	-	-	-	(904)
(-) Encargos financeiros a transcorrer - Imóveis	10,60	59	-	4	-	-	(26)	-	-	-	37
Máquinas e equipamentos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) Encargos financeiros a transcorrer – Máquinas e equipamentos	6,95 a 10,07	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Terrenos		-	-	(14.977)	-	-	498	-	-	14.479	-
(-) Encargos financeiros a transcorrer - Terrenos	10,12	-	-	8.982	-	-	(444)	-	-	(8.538)	-
Passivo arrendamento LP		(1.064)	-	(6.073)	-	-	329	-	-	5.941	(867)
Total do Passivo		(2.026)	-	(7.463)	-	-	-	1.849	(555)	6.013	(2.182)
Resultado											
Amortização – Imóveis		-	-	-	-	260	-	-	-	-	260
Amortização – Máquinas e equipamentos		-	-	-	-	1.002	1	-	-	-	1.003
Amortização – Terrenos		-	(17)	-	-	189	-	-	-	(172)	-
Despesa de juros – Imóveis		-	-	-	-	-	-	-	53	-	53
Despesa de juros – Máquinas e equipamentos		-	-	-	-	-	1	-	53	-	54
Despesa de juros – Terrenos		-	(29)	-	-	-	-	-	449	29	449
Resultado arrendamento		-	(46)	-	-	1.451	2	-	555	(143)	1.819

(*) Refere-se a contrato de cessão direito real de superfície em que a Porto do Açu cede terreno na área do Porto para a controlada Águas Industriais por 25 anos.

Notas explicativas às Informações financeiras intermediárias
Em 31 de março de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

22 Partes relacionadas

A Companhia adota as práticas de Governança Corporativa recomendadas e/ou exigidas pela legislação. A Política de Governança Corporativa da Companhia determina que os membros do Conselho de Administração devam monitorar e administrar potenciais conflitos de interesses dos executivos, dos membros do Conselho e dos Sócios, de forma a evitar o uso inadequado dos ativos da Companhia e, especialmente, abusos em transações entre partes relacionadas.

Em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, os membros do Conselho de Administração da Companhia estão proibidos de votar em qualquer Assembleia ou Reunião do Conselho ou de atuar em quaisquer operações ou negócios nos quais tenham interesses conflitantes com os da Companhia.

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 março de 2020 e 31 de dezembro de 2019, relativos às operações com partes relacionadas, bem como as transações que influenciaram o resultado do período, são decorrentes de transações da Companhia com empresas controladas, membros da Administração e outras partes relacionadas, como segue:

	Contas a receber			
	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Cientes - Cessão do direito real de superfície				
NFX	1.928	1.930	1.928	1.930
UTE GNA I (a)	24.296	21.029	24.308	21.029
Açu Petróleo	-	78	-	78
Águas Industriais do Açu	166	112	-	-
	26.390	23.149	26.236	23.037
Cientes – Serviços portuários				
Açu Petróleo	136	120	136	120
UTE GNA I	78	-	78	-
	214	120	214	120
Outros valores a receber - Notas de crédito				
Consortio Dome Serviços Integrados	4.656	4.590	4.656	4.590
Gás Natural Açu	1.106	1.096	1.106	1.096
Açu Petróleo	166	82	166	82
Águas Industriais do Açu	224	337	-	-
Prumo Logística	1.119	969	1.119	969
Gás Natural Açu Infra	313	312	313	312
UTE GNA I	593	587	593	587
UTE GNA II	5	5	5	5
Ferroport	15	1	15	1
Total outras contas a receber - curto prazo	8.197	7.979	7.973	7.642
Créditos a receber LP - Venda de ativos				
Açu Petróleo Investimentos (b)	594.242	582.696	594.242	582.696

- (a) Refere-se ao reconhecimento receita do contrato de aluguel (cessão do direito real de superfície), sobre a área de 377.991,75 m², com a Empresa UTE GNA I onde estão sendo instaladas as usinas termoeletricas. A receita é reconhecida pelo método linear compreendendo o prazo total do contrato de arrendamento, conforme determina o CPC 06. O reconhecimento da receita linear deste referido contrato foi mensurado no valor total de R\$24.296 até 31 de março de 2020 e o fluxo de pagamento para este contrato é de longo prazo a partir de janeiro de 2021.

Notas explicativas às Informações financeiras intermediárias
Em 31 de março de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

- (b) Refere-se à transação de venda de ativos para a empresa Açu Petróleo Investimentos, controlada da empresa Prumo. Em 12 de outubro de 2018 foi amortizado R\$20.000 e em 21 de agosto de 2019 foi amortizado R\$10.000 da dívida. Os recebimentos da Porto do Açu estão vinculados ao fluxo de recebimento de dividendos da Açu Petróleo pela Açu Petróleo Investimentos. O saldo está sujeito à taxa média ponderada das projeções de IPCA, TJLP e SELIC, a partir do exercício de 2016 e seu prazo máximo para a quitação está vinculado à liquidação financeira do Contrato de Repasse de Recursos do BNDES assinado entre Porto do Açu e os Bancos Repassadores Bradesco e Santander em 10 de agosto de 2015 e reperfilado em 31 de janeiro de 2020.

	Contas a pagar			
	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Contas a pagar - Notas de débito				
Prumo	3.063	2.506	3.073	2.516
Porto de Antuérpia	5.653	3.903	5.653	3.903
Águas Industriais do Açu	1.185	1.140	-	-
Total - curto prazo	9.901	7.549	8.726	6.419

O quadro abaixo demonstra o efeito no resultado, por empresa, das transações com partes relacionadas:

	Receitas - efeito no resultado			
	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/03/2019	31/03/2020	31/03/2019
Receitas de cessão do direito real de superfície				
NFX	5.784	2.960	5.784	2.960
UTE GNA I	3.267	-	3.303	-
Águas Industriais	498	-	-	-
	9.549	2.960	9.087	2.960
Receita de Serviços				
Açu Petróleo - Serviços portuários	59	-	59	-
UTE GNA I - Serviços portuários	116	-	116	-
NFX - Serviços portuários	7	-	7	-
Atualização monetária - Venda de ativos				
Açu Petróleo Investimentos	11.547	14.465	11.547	14.465
	21.278	17.425	20.816	17.425

	Custos/Despesas - efeito no resultado			
	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/03/2019	31/03/2020	31/03/2019
Despesas:				
Porto de Antuérpia – Consultoria	(3.499)	(2.229)	(3.499)	(2.229)
Custos:				
Açu Petróleo - Serviços portuários	-	(71)	-	(71)
Águas Industriais - Fornecimento de água	(41)	(123)	(41)	-
	(3.540)	(2.423)	(3.540)	(2.300)

Notas explicativas às Informações financeiras intermediárias
Em 31 de março de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Os montantes referentes à remuneração dos membros da Administração estão apresentados abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2020	31/03/2019
Diretores		
Salários	281	421
Pró-labore	1.237	834
Bônus	-	36
Benefícios e Encargos	460	395
	1.978	1.686

23 Empréstimos, financiamentos e debêntures

	Consolidado				
	31/03/2020				31/12/2019
	Vencimento	Principal	Juros e atualização	Total	Total
Instituições					
BNDES (Repassadores) (i)	15/07/2033	1.076.424	15.346	1.091.770	1.127.971
BNDES (Repassadores) (ii)	15/07/2033	2.396.176	57.140	2.453.316	2.523.263
(-) Custo de transação (i) e (ii)	-	(272.919)	-	(272.919)	(227.410)
Debêntures (iii)	15/07/2033	1.692.059	23.695	1.715.754	1.681.931
(-) Custo de transação (iii)	-	(7.154)	-	(7.154)	(7.023)
Terex (iv)	23/08/2020	1.601	7	1.608	2.571
		4.886.187	96.188	4.982.375	5.101.303
Circulante		11.971	96.188	108.159	469.648
Não circulante		4.874.216	-	4.874.216	4.631.655

(i) e (ii) Em 12 de setembro de 2019, o BNDES assinou uma autorização para suspensão temporária de até quatro prestações (setembro a dezembro de 2019) de principal e juros da dívida durante a fase de negociação do reperfilamento. Em 15 de janeiro de 2020, a Companhia efetuou pagamento das parcelas referentes à suspensão temporária no valor de R\$192.134 aos bancos repassadores, sendo R\$67.571 de amortização de principal e R\$124.563 de juros. Em 31 de janeiro de 2020, a Companhia assinou o contrato de refinanciamento com todas as partes.

(iii) Em 15 de setembro de 2019, a Companhia iniciou a realização dos pagamentos mensais de principal e juros conforme contrato vigente à época, de setembro de 2019 a janeiro de 2020. Em 31 de janeiro de 2020, a Companhia assinou o contrato de reperfilamento com todas as partes.

(iv) No 1º trimestre de 2020, a Companhia realizou o pagamento de R\$1.359 referente a nona parcela (de um total de dez parcelas) relacionado ao contrato com a Terex.

Notas explicativas às Informações financeiras intermediárias
Em 31 de março de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Refinanciamento Porto do Aço

A Porto do Aço iniciou em 2019 o processo de negociação da dívida de longo prazo fechada em 2015 com os Bancos Repassadores (Bradesco e Santander) e com os debenturistas (FI-FGTS). Em 31 de janeiro de 2020, a Companhia concluiu o refinanciamento e assinou os aditivos contratuais de dívida junto aos credores, sendo o primeiro pagamento em julho de 2020.

O objetivo da reestruturação foi principalmente de reperfilar o fluxo de serviço da dívida existente, adequando o fluxo de pagamentos à geração de caixa da Companhia. Com a renegociação, o serviço da dívida terá amortização de no máximo 5% até 2025 e haverá um pagamento extraordinário de aproximadamente 50% do principal (“balloon”) ao final do fluxo. Os juros serão escalonados até 2027 quando atingirão o teto de remuneração dos repassadores (conforme tabela abaixo), mantendo o vencimento da dívida em 2033 com pagamentos de principal e juros ocorrendo agora semestralmente nos meses de Janeiro e Julho de cada ano.

Spread Curve – Bradesco / Santander													
Jan-20	Jul-20	Jan-21	Jul-21	Jan-22	Jul-22	Jan-23	Jul-23	Jan-24	Jul-24	Jan-25	Jul-25	Jan-26	Jan-27
0,75%	0,75%	0,75%	1,00%	1,25%	1,50%	1,75%	2,00%	2,25%	2,50%	2,75%	3,00%	4,00%	5,00%

Os novos contratos também apresentam o conceito de Eventos de Liquidez, segundo o qual um evento que gere liquidez para a controladora Prumo Logística deverá ser parcialmente utilizado para pagamento de dívida e preenchimento de conta reserva, minimizando os riscos de pagamento futuros.

Não houve alteração na estrutura de garantias.

Nos novos contratos, a Prumo Logística passou a ser a empresa responsável pelos *covenants* financeiros dos contratos de dívida de longo prazo da Porto do Aço, conforme seção de Cláusulas Restritivas. A Porto do Aço deixou de ter *covenants* financeiros como condição de *default*.

Notas explicativas às Informações financeiras intermediárias
Em 31 de março de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Avais, fianças e hipotecas concedidas em favor da Porto do Açu

A Prumo Logística S.A. é interveniente garantidora, enquanto a EIG LLX Holdings S.A R.L., a EIG Enegy XV Holdings (Flame), LLC, EIG Prumo FIP I, LLC, EIG Prumo FIP II, LLC e EIG Prumo FIP III, LLC, EIG Prumo Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia são intervenientes anuentes, para os seguintes financiamentos vigentes concedidos à Porto do Açu:

- Financiamento via repasse do BNDES concedido pelos bancos Bradesco e Santander Brasil, no montante atualizado de R\$3.545.086 em 31 de março de 2020 (R\$3.651.234 em 31 de dezembro de 2019); e
-
- Financiamento via emissão de debêntures, no montante atualizado de R\$1.715.754 em 31 de março de 2020 (R\$1.681.931 em 31 de dezembro de 2019), sendo todo o crédito suportado pela fiança da Prumo, além de pacote de garantias elencadas a seguir.

Garantias prestadas

As garantias prestadas em favor dos debenturistas, compartilhadas com os bancos Bradesco e Santander (“Repassadores”), são as seguintes:

- (i) Contrato de Alienação Fiduciária em Garantia de Ações da Reserva Ambiental Caruara;
- (ii) Contrato de Alienação Fiduciária em Garantia de Ações da Prumo;
- (iii) Contrato de Alienação Fiduciária em Garantia de Ações da Porto do Açu (detidas pela Prumo);
- (iv) Contrato de Alienação Fiduciária em Garantia de Ações da Porto do Açu (detidas pela PAI Invest N.V.);
- (v) Contrato de Alienação Fiduciária em Garantia de Quotas do EIG Prumo Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia;
- (vi) Contrato de Alienação Fiduciária em Garantia de Ativos;
- (vii) Contrato de Cessão Condicional em Garantia de Direitos Contratuais e Outras Avenças;
- (viii) Carta de Compromisso de Alienação Fiduciária de Imóveis;
- (ix) Contrato de Cessão Fiduciária em Garantia de Rendimentos de Ações e Quotas;
- (x) Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Emergentes da Autorização e Demais Direitos Creditórios;
- (xi) Contrato de Alienação Fiduciária de Bens Imóveis em Garantia (Área do Meio);
- (xii) Contrato de Alienação Fiduciária de Bens Imóveis em Garantia (Reserva Ambiental Caruara);
- (xiii) Instrumento Particular de Cessão Fiduciária e Subordinação de Mútuos e AFAC;
- (xiv) Commitment for Additional Funding (Compromisso para Financiamento Adicional);
- (xv) Contrato de Administração de Contas.

Notas explicativas às Informações financeiras intermediárias
Em 31 de março de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Além do pacote de garantias acima mencionado, os debenturistas e os Repassadores possuem a garantia fidejussória da controladora Prumo. O interveniente garantidor desta emissão obriga-se solidariamente com a Porto do Açu, perante os debenturistas e Repassadores, como fiador e principal pagador de todas as obrigações contraídas pela Porto do Açu, conforme os termos da escritura de emissão, enquanto vigorar este instrumento. As garantias prestadas pelos fiadores serão automaticamente extintas quando cumpridas determinadas condições previstas nas escrituras de financiamento.

A totalidade dos ativos e direitos acima elencados garantem 100% do Contrato de Repasse e da Escritura de Emissão de Debêntures.

Os bancos repassadores e debenturistas nomearam o Oliveira Trust Servicer S.A. para atuar como agente de garantia dos contratos de financiamento.

Importante ressaltar que para desenvolvimento dos projetos GNA I e GNA II, a Porto do Açu celebrou: (a) o Instrumento Particular de Futura Concessão de Direito Real de Superfície e Uso de Infraestrutura Geral, em 2 de maio de 2018, com a GNA Infra, a UTE GNA I, UTE GNA II e a GNA; (b) o Contrato de Cessão de Uso Onerosa, em 2 de maio de 2018, com a UTE GNA I e a GNA, com relação ao direito de uso do molhe norte; e (c) o Contrato de Infraestrutura Acessória, em 3 de julho de 2019, com a UTE GNA I, a GNA e a GNA Infra, com relação aos direitos para construção e uso de Infraestrutura Acessória e a Área de Infraestrutura Acessória.

Além disso, a Porto do Açu detém a propriedade de uma linha de transmissão de 345kV, de aproximadamente 50 km (cinquenta quilômetros) que conecta o Porto do Açu à rede elétrica nacional, através da subestação Furnas. A Linha de Transmissão é a conexão física que a usina termelétrica da UTE GNA I precisará para despachar sua produção.

Neste sentido, os Repassadores e os Debenturistas aprovaram a desconstituição da alienação fiduciária existente sobre os ativos que compõem a Linha de Transmissão e aprovaram a constituição de uma alienação fiduciária pela Porto do Açu sobre os ativos que compõem a Linha de Transmissão em favor dos credores do Financiamento UTE GNA I, e, ainda, a futura doação direta da Linha de Transmissão à Furnas, na qualidade de operador local em cumprimento de norma regulatória.

Com relação as garantias dadas à Terex MHPS GmbH pelo financiamento do guindaste, a operação é assegurada pela Euler Hermes, uma Agência de Crédito à Exportação alemã voltada para crédito de exportação. Além disso, o contrato de compra e venda do equipamento prevê que a transferência da propriedade à Porto do Açu somente será efetuada após integral pagamento do equipamento.

Notas explicativas às Informações financeiras intermediárias
Em 31 de março de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Cláusulas restritivas (covenants)

No refinanciamento concluído em 31 de janeiro de 2020, a Porto do Aço deixou de ter *covenants* financeiros medidos pelas suas demonstrações financeiras e índices, passando os mesmos a serem medidos pelas demonstrações financeiras e índices financeiros dos saldos consolidados da controladora Prumo Logística, aplicáveis nos exercícios findos, conforme tabela abaixo. Em relação aos *covenants* não financeiros, estes continuam seguindo as disposições regulares dos contratos anteriores, tanto para o Contrato de Repasse quanto para a Emissão de Debêntures.

	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033
Dívida Líquida / EBITDA	6,5x	6,0x	5,5x	5,0x	4,5x	4,0x	3,5x	3,5x	3,5x
EBITDA / Despesas Financeiras Líquidas	1,3x	1,3x	1,5x	1,5x	2,0x	2,0x	2,0x	2,0x	2,0x
ICSD	1,2x	1,2x	1,2x	1,2x	1,2x	1,2x	1,2x	1,2x	1,2x

Esses *Covenants* Financeiros da controladora Prumo serão calculados por meio de uma consolidação pro forma das demonstrações financeiras auditadas das sociedades em que a Prumo detenha participação acionária direta ou indireta, ponderados pela participação acionária total (direta e indireta) detida pela Prumo em cada uma destas sociedades.

Sendo:

“Dívida Líquida”: Somatório de todos os empréstimos, financiamentos e debêntures e outras dívidas na data final do período de apuração; menos o somatório do caixa e equivalentes de caixa, disponibilidades, títulos e valores mobiliários, aplicações financeiras, caixa restrito e depósitos bancários vinculados na data final do período de apuração.

“EBITDA”: Resultado operacional antes de resultado financeiro, impostos e contribuições a recolher, depreciação/amortização e equivalência patrimonial.

“Despesas Financeiras Líquidas”: Despesas financeiras totais menos receitas financeiras totais.

“ICSD”: Caixa Disponível para o Serviço da Dívida / Serviço da Dívida.

“Caixa Disponível para o Serviço da Dívida”: EBITDA acrescido dos recursos recebidos pela controladora Prumo por meio de suas subsidiárias menos o imposto de renda e os investimentos em imobilizado.

“Serviço da Dívida”: Somatório do pagamento de juros e amortizações de empréstimos, financiamentos e debêntures e outras dívidas financeiras; e

Notas explicativas às Informações financeiras intermediárias
Em 31 de março de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Eventos de vencimento antecipado automático e não automático

Os contratos possuem cláusulas estabelecendo obrigações pecuniárias e não pecuniárias para a beneficiária e seus intervenientes garantidores. Como consequência do descumprimento dessas obrigações, os contratos dividem os eventos de vencimento antecipado em automático e não automático.

Cabe reforçar que, conforme estabelecido nos contratos financeiros, o evento de inadimplemento vinculado às obrigações elencadas acima está tipificado como não automático, ou seja, só podendo ser chamado pelos credores se não sanado pela Companhia, após um prazo de 10 (dez) dias contados do conhecimento do inadimplemento pela Companhia.

(i) **Obrigações adicionais da Prumo Logística (Interveniente Garantidora) e da Porto do Açu (Emissora)**

Além dos compromissos comuns aplicados aos acordos desta natureza, o pagamento de mútuos aos acionistas realizado pelo Emissor deverá respeitar os termos previstos no Instrumento Particular de Cessão Fiduciária e Subordinação de Mútuos e AFAC. Quanto às suas subsidiárias, o Emissor somente estará autorizado a celebrar contratos de mútuos dentro do limite de R\$4.000 (quatro milhões de reais) anuais.

O Interveniente Garantidor fica limitado a conceder mútuos a quaisquer pessoas físicas ou jurídicas, exceto às sociedades controladas e à Ferroport; notificar o agente fiduciário sobre alterações nas condições (financeiras ou não) em seus negócios que possam impossibilitar, de forma relevante, o cumprimento de suas obrigações decorrentes da Escritura de Debêntures e/ou dos contratos relativos às contas vinculadas; e dentre as obrigações adicionais relevantes, não constituir, sem o prévio consentimento dos debenturistas, garantias reais ou fidejussórias em operações com outros credores, ressalvadas as garantias prestadas nas operações de financiamento de longo prazo já contempladas no plano de negócios.

Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento

	Controladora / Consolidado						31/03/2020
	Fluxo de Caixa			Efeito não Caixa			
	31/12/2019	Captação / (Liquidação)	Juros Pagos	Adição de Custos de Transação	Juros, Atualização monetária e Variação cambial	Amortização Custo de Transação	
Empréstimos, Financiamentos e debêntures	5.101.303	(79.196)	(133.693)	(50.894)	139.600	5.255	4.982.375
	5.101.303	(79.196)	(133.693)	(50.894)	139.600	5.255	4.982.375

(*) Os juros pagos estão sendo classificados nas atividades de financiamentos nas demonstrações dos fluxos de caixa.

Notas explicativas às Informações financeiras intermediárias
Em 31 de março de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

24 Impostos e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
ISS	413	429	414	429
IPTU	19.557	9.379	19.557	9.379
PIS/COFINS	188	114	205	115
ICMS	2	23	9	27
IRRF	370	788	374	794
PIS/COFINS/CSLL – Retenção	141	300	142	302
Imposto de renda e contribuição social (“IRPJ e CSL”)	-	-	213	618
INSS retido de terceiros	141	90	144	90
	20.812	11.123	21.057	11.754
Circulante	1.764	2.253	2.010	2.884
Não circulante	19.048	8.870	19.048	8.870

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e das despesas de imposto de renda e contribuição social registradas no resultado é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/03/2019	31/03/2020	31/03/2019
Prejuízo líquido antes do imposto de renda e contribuição social	(154.290)	(134.787)	(152.426)	(134.391)
Prejuízo das empresas cujos créditos fiscais não são reconhecidos	-	-	(2.008)	(12)
Prejuízo líquido ajustado	(154.290)	(134.787)	(154.434)	(134.403)
Imposto de renda e contribuição social alíquota nominal (34%)	52.459	45.828	52.508	45.697
Ajustes para derivar a alíquota efetiva				
Diferenças permanentes	(4.342)	1.301	(4.583)	1.037
Créditos fiscais não reconhecidos – Prejuízo fiscal e base negativa	(48.117)	(47.129)	(48.133)	(47.130)
Total do imposto de renda e contribuição social do período	-	-	(208)	(396)
Alíquota efetiva	0,00%	0,00%	0,14%	0,30%
IR e CSL Corrente	-	-	(213)	(402)
IR e CSL Diferido	-	-	5	6
Total do imposto de renda e contribuição social do período	-	-	(208)	(396)

Conforme mencionado na Nota explicativa nº 10, no período findo em 31 de março de 2020, a Porto do Açu baixou provisão para perda de créditos fiscais o montante de R\$50.259, referentes ao imposto diferido ativo apurado no período. Para demais períodos, a Administração irá revisar a recuperabilidade dos ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos e, se for o caso, reverter a provisão ou reduzi-la na medida em que a sua realização for provável.

Conforme mencionado na Nota explicativa nº 10 - Impostos diferidos, com o advento da Lei nº. 12.973, foi revogado o regime tributário de transição (RTT), tornando obrigatório, a partir do ano calendário de 2015, a adoção do novo regime tributário, devendo os saldos constituídos até 31 de dezembro de 2014, serem amortizados pelo prazo de 10 anos. Adicionalmente, a referida Lei alterou o Decreto-Lei nº 1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido, sendo que, para o período findo em 31 de março de 2020, tal alteração não produziu efeitos significativos sobre as informações financeiras intermediárias.

Notas explicativas às Informações financeiras intermediárias
Em 31 de março de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

25 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Porto do Aço	34.718	41.235	34.718	41.235
SNF	-	-	235	234
Águas Industriais	-	-	177	179
Reserva Caruara	-	-	31	65
Outros	-	-	31	30
	34.718	41.235	35.192	41.743
Circulante	22.562	29.079	23.036	29.587
Não circulante	12.156	12.156	12.156	12.156

Em 31 de março de 2020, o saldo de fornecedores nacionais deve-se basicamente pelos gastos dos serviços relacionados a obra de dragagem, fornecimento de combustível marítimo, gerenciamento de obra, serviço de segurança patrimonial, tecnologia da informação e retenções contratual de fornecedores relacionados a serviço de transporte.

26 Adiantamento de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Edison Chouet (*)	22.069	22.667	22.069	22.667
	22.069	22.667	22.069	22.667
Circulante	2.391	2.391	2.391	2.391
Não Circulante	19.678	20.276	19.678	20.276

(*) Valores adiantados apropriados linearmente ao resultado de acordo com contrato.

27 Provisão para contingências

a. Perdas prováveis, provisionadas em nosso balanço

Em 31 de março de 2020, a Companhia e suas controladas são alvo de processos cujas expectativas de perda são classificadas como prováveis na opinião de seus consultores jurídicos e para os quais foram efetuados os devidos provisionamentos conforme tabela demonstrada a seguir:

	Controladora / Consolidado			
	31/12/2019	Adições	Provisão (Reversão)	31/03/2020
Trabalhistas (a)	1.145	225	-	1.370
Cível (b)	4.511	1.430	-	5.941
	5.656	1.655	-	7.311

(a) Ações Trabalhistas: Diversas reclamações trabalhistas;

Notas explicativas às Informações financeiras intermediárias
Em 31 de março de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

- (b) **Ações Cíveis:** o montante de R\$4.000 (4.000 em 31 de dezembro de 2019) refere-se ao processo de arbitragem relacionado ao pleito do fornecedor Prática Engenharia e R\$1.411 ao pleito do fornecedor Elecnor, R\$510 (R\$491 em 31 de dezembro de 2019) refere-se à provisão de pagamento complementar de terrenos. Sobre este pagamento complementar, informamos que, no ano de 2010, a Companhia celebrou com a CODIN Promessas de Compra e Venda (“PCV”) de lotes do Distrito Industrial de São João da Barra, na qual se obrigou a arcar com os custos das desapropriações, inclusive aqueles relacionados aos processos atualmente em trâmite perante o Poder Judiciário e R\$20 outros.

b. Perdas possíveis, não provisionadas em nosso balanço

A Companhia e suas controladas tem ações de naturezas fiscais, cíveis e trabalhistas, envolvendo riscos de perda classificados como possíveis pela Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	Controladora / Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019
Fiscais	16.318	15.812
Trabalhistas	11.416	11.794
Cíveis	60.257	30.693
	87.991	58.299

Em 31 de março de 2020, os principais processos de perdas possíveis para a Companhia são os que seguem:

- **Processos trabalhistas:** as reclamações trabalhistas representam, em sua maioria, reclamações individuais ajuizadas por ex-empregados de empresas contratadas da Companhia, nas quais se questiona a responsabilidade subsidiária da Companhia em assuntos relacionados a adicional de horas extras, horas “intineres”, pagamento de FGTS, dentre outros direitos trabalhistas com um montante aproximado de R\$11.416.
- **Processos fiscais:** os processos mais significativos estão relacionados aos questionamentos de autoridades tributárias brasileiras sobre a cobrança de adicional de Imposto Territorial Rural (“ITR”) na área da Porto do Açu e sua subsidiária Fazenda Caruara totalizando um montante aproximado de R\$16.318.
- **Processos cíveis:**
 - (a) trata-se de demandas judiciais que se referem a ações de indenizações e cobranças no contexto de contratos celebrados pela Companhia com empresas construtoras, prestadoras de serviços e etc., que somam um montante total de aproximadamente R\$19.824. Há ainda ações relacionadas à posse de áreas localizadas em São João da Barra/RJ, em um montante total de aproximadamente R\$847.
 - (b) **Processos de desapropriação:** No ano de 2010, a Companhia celebrou com a CODIN Promessas de Compra e Venda de lotes do Distrito Industrial de São João da Barra, na

Notas explicativas às Informações financeiras intermediárias
Em 31 de março de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

qual se obrigou a arcar com os custos das desapropriações, inclusive aqueles relacionados aos processos atualmente em trâmite perante o Poder Judiciário.

Nos referidos processos de desapropriação são discutidos exclusivamente os valores indenizatórios devidos, que podem ser majorados em relação àqueles inicialmente ofertados pela CODIN.

Os valores depositados inicialmente pela CODIN, despendidos pela Companhia quando do ajuizamento dos processos de desapropriação, na forma da PCV, já asseguram sua proteção financeira.

Entretanto, os consultores jurídicos e a Administração da Companhia entendem que, mesmo mantido o prognóstico de perda possível, é necessário apontar os valores correspondentes à diferença entre os mencionados depósitos iniciais e os valores definidos pelo Poder Judiciário em 1ª instância.

Em 31 de março de 2020, a diferença entre os depósitos iniciais das ações de desapropriação e os valores definidos pelo Poder Judiciário em 1ª instância totaliza R\$14.346.

© Valor de R\$25.239 referente ao processo de demanda judicial frente ao pleito da contratada DTA Engenharia.

Processos ambientais: trata-se de ações civis públicas ajuizadas contra a Companhia que questionam supostos vícios nos processos de licenciamento e obtenção de licenças ambientais, bem como supostos danos ambientais na construção do empreendimento Porto do Açu. A Companhia e os consultores jurídicos consideram como inestimável o valor envolvido nesses processos.

28 Patrimônio líquido

a. Capital social

A composição acionária da Companhia em 31 de março de 2020 é a seguinte:

Acionistas	31/03/2020		31/12/2019	
	Quantidade de ações ordinárias (mil)	%	Quantidade de ações ordinárias (mil)	%
Prumo Logística S.A.	2.886.402	98,35	2.036.821	97,67
Port of Antwerp International N.V.	48.527	1,65	48.527	2,33
	2.934.929	100,00	2.085.348	100,00

Pela reunião da Assembleia Geral Extraordinária de 28 de janeiro de 2020, foi aprovado o aumento de capital da Companhia, pela Prumo Logística, mediante a emissão de 359.500.065 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de

Notas explicativas às Informações financeiras intermediárias
Em 31 de março de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

emissão de R\$1,64 por ação pelo valor total do preço de emissão de R\$589.580 destinados à conta de capital social da Companhia.

Pela reunião da Assembleia Geral Extraordinária de 29 de janeiro de 2020, foi aprovado o aumento de capital da Companhia, pela Prumo Logística, mediante a emissão de 145.793.526 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$1,45 por ação pelo valor total do preço de emissão de R\$211.401 destinados à conta de capital social da Companhia.

Pela reunião da Assembleia Geral Extraordinária de 12 de fevereiro de 2020, foi aprovado o aumento de capital da Companhia, pela Prumo Logística, mediante a emissão de 34.468.085 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$1,41 por ação pelo valor total do preço de emissão de R\$48.600 destinados à conta de capital social da Companhia.

b. Dividendos

As ações da Companhia participam em condições de igualdade na distribuição de dividendos, juros sobre capital próprio e demais benefícios aos acionistas. O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. A Companhia não irá distribuir dividendos no exercício tendo em vista o prejuízo apurado.

29 Receita líquida

Os principais contratos da Companhia estão relacionados ao aluguel da retroárea e serviços portuários.

Os efeitos da adoção do CPC 47/IFRS 15 sobre as receitas de contratos com clientes do Grupo não foram relevantes conforme descrito na Nota explicativa 4 - Base de preparação e apresentação das informações financeiras intermediárias. As receitas são reconhecidas mediante transferências dos bens e serviços aos respectivos clientes, estando seus valores sujeitos a variações na taxa de câmbio e outros fatores de mercado.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/03/2019	31/03/2020	31/03/2019
Receita bruta				
Cessão direito real de superfície	42.481	32.173	42.019	32.173
Serviços portuários	13.374	18.041	13.374	18.041
Locação de equipamentos	119	-	119	-
Fornecimento de água	-	-	1.894	1.373
Serviços ambientais	-	-	108	1
Total receita bruta	55.974	50.214	57.514	51.588
Imposto sobre receita (PIS/COFINS/ISS/ICMS)	(5.443)	(4.900)	(5.614)	(5.038)
Receita líquida	50.531	45.314	51.900	46.550

Notas explicativas às Informações financeiras intermediárias
Em 31 de março de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Os ativos de contratos relacionam-se principalmente aos direitos da Companhia e de suas controladas pela contraprestação do trabalho concluído. A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia e suas controladas reconhecem a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente.

30 Custos dos serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/03/2019	31/03/2020	31/03/2019
Salários e encargos	(4.555)	(4.328)	(4.753)	(4.489)
Serviços de terceiros	(3.637)	(4.734)	(3.742)	(4.750)
Aluguéis e arrendamentos	(235)	(287)	(240)	(294)
Depreciação e amortização	(30.356)	(27.114)	(30.380)	(27.119)
Seguros diversos	(735)	(886)	(741)	(892)
Serviços portuários	(134)	(71)	(134)	(71)
Custos diversos	(1.152)	(1.055)	(933)	(963)
	(40.804)	(38.475)	(40.923)	(38.578)

31 Despesas gerais e administrativas

A Companhia apresenta as despesas gerais administrativas por natureza, como se segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/03/2019	31/03/2020	31/03/2019
Salários e encargos	(13.775)	(11.333)	(13.911)	(11.362)
Serviços de terceiros	(5.971)	(3.722)	(5.977)	(3.736)
Material de consumo	(45)	(23)	(45)	(23)
Viagens e estadias	(202)	(476)	(202)	(476)
Impostos e taxas	(47)	(92)	(267)	(103)
Depreciação e amortização	(1.766)	(1.947)	(249)	(429)
Provisão de contingências	(1.655)	-	(1.655)	-
Amortização direito de arrendamento (Nota19)	(1.262)	(250)	(1.262)	(250)
Representações e eventos	(372)	(185)	(372)	(185)
Despesas diversas	(900)	(761)	(920)	(774)
	(25.995)	(18.789)	(24.860)	(17.338)

32 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/03/2019	31/03/2020	31/03/2019
Despesas financeiras				
Despesas bancárias	(47)	(43)	(50)	(46)
IOF	(200)	(47)	(200)	(47)
Corretagem e comissões	(6.168)	(4.480)	(6.168)	(4.480)
Juros sobre empréstimos (*)	(112.138)	(97.391)	(112.138)	(97.391)
Despesas de arrendamento (Vide Nota19)	(106)	(31)	(508)	(31)
Atualização monetária (**)	(27.045)	(40.787)	(27.045)	(40.787)
Outras despesas financeiras	(1.264)	(1.536)	(1.346)	(1.543)
	(146.968)	(144.315)	(147.455)	(144.325)
Receitas financeiras				
Juros sobre aplicações financeiras	142	1.220	225	1.385
Juros ativos	3.210	203	3.215	208

Notas explicativas às Informações financeiras intermediárias
Em 31 de março de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Atualização monetária - partes relacionadas	11.547	14.465	11.547	14.465
Outras receitas financeiras	119	80	121	80
	15.018	15.968	15.108	16.138
Resultado financeiro líquido	(131.950)	(128.347)	(132.347)	(128.187)

(*) Juros sobre empréstimos de R\$(83.889) com BNDES, R\$(28.280) sobre debêntures e R\$31 outros;

(**) Atualização monetária de R\$(1.894) sobre empréstimo com BNDES e R\$(24.939) sobre debêntures e R\$(212) outros.

33 Informações por segmento

As informações por segmento devem ser preparadas de acordo com o CPC 22 (Informações por Segmento), equivalente ao IFRS 8, e devem ser apresentadas em relação aos negócios da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto, identificados com base na sua estrutura de gerenciamento e em informações gerenciais internas.

A Porto do Açu utiliza segmentos, conforme descrito abaixo, que correspondem às suas unidades de negócio estratégicas, as quais oferecem diferentes serviços e são administradas separadamente. Para cada uma das unidades de negócios estratégicas, a diretoria analisa os relatórios internos da Administração ao menos uma vez por trimestre. O seguinte resumo descreve as operações em cada um dos segmentos relatáveis.

- **Segmento Administração de Retroárea (*Industrial Hub & T-Mult*)**

Refere-se à atividade de cessão do direito real de superfície relativo à retroárea do Complexo Industrial do Porto do Açu para diversos empreendimentos industriais, principalmente para empresas ligadas ao setor petrolífero. O Porto do Açu compreende 13.000 hectares, dos quais 441 hectares de áreas já locadas. Inclui-se ainda, no segmento de Administração de Retroárea, o canal do T2, em cujas margens estão se instalando empresas do segmento de Óleo e Gás.

A operação no *T-Mult*, localizado no T2 e incluído neste segmento, refere-se à prestação de serviços de operação portuária de embarque e desembarque, estocagem no porto e transporte rodoviário de diversos produtos, tais como carvão mineral, minérios e coque de petróleo e de outras cargas, bem como à atracação de plataformas de petróleo.

- **Fornecimento de Água**

Fornecimento de água para fins industriais aos clientes instalados no Complexo Industrial do Porto do Açu.

- **Outros**

Refere-se às demais empresas controladas pela Porto do Açu, incluindo empresas operacionais e não operacionais, são elas: Pedreira Sapucaia, G3X, GSA, Reserva Ambiental Caruara e SNF.

Notas explicativas às Informações financeiras intermediárias
Em 31 de março de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Demonstração do resultado por segmento - período findo em 31 de março de 2020 e 2019:

31 de março de 2020					
	<i>Industrial Hub & T-Mult</i>	<i>Fornecimento de Água</i>	<i>Outros</i>	<i>Ajustes e eliminações</i>	<i>Consolidado</i>
Receita de aluguel e prestação de serviços	50.531	1.776	137	(544)	51.900
Custo dos serviços prestados	(40.804)	(760)	(42)	683	(40.923)
Resultado bruto	9.727	1.016	95	139	10.977
Receitas (despesas) operacionais					
Administrativas e gerais	(25.995)	(156)	(226)	1.517	(24.860)
Provisão para perda – Depósitos restituíveis	2.926	-	-	-	2.926
Provisão para perda sobre recebíveis	(4.897)	(1)	-	-	(4.898)
Outras despesas e receitas	(4.182)	-	(42)	-	(4.224)
Resultado de equivalência patrimonial	81	-	(5)	(76)	-
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	(22.340)	859	(178)	1.580	(20.079)
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	15.018	59	31	-	15.108
Despesas financeiras	(146.968)	(485)	(2)	-	(147.455)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	(154.290)	433	(149)	1.580	(152.426)
IR e CSLL corrente	-	(194)	(19)	-	(213)
IR e CSLL diferido	-	5	-	-	5
Lucro (prejuízo) líquido do período	(154.290)	244	(168)	1.580	(152.634)

31 de março de 2019					
	<i>Industrial Hub & T-Mult</i>	<i>Fornecimento de Água</i>	<i>Outros</i>	<i>Ajustes e eliminações</i>	<i>Consolidado</i>
Receita de aluguel e prestação de serviços	45.314	1.357	2	(123)	46.550
Custo dos serviços prestados	(38.475)	(225)	(1)	123	(38.578)
Resultado bruto	6.839	1.132	1	-	7.972
Receitas (despesas) operacionais					
Administrativas e gerais	(18.789)	(42)	(24)	1.517	(17.338)
Reversão (Provisão) ao valor recuperável de ativos ("impairment")	1.517	-	-	(1.517)	-
Provisão para perda – Depósitos restituíveis	3.879	-	-	-	3.879
Provisão para perda sobre recebíveis	49	(6)	(1)	-	42
Outras receitas	524	-	-	-	524
Outras despesas	(1.283)	-	-	-	1.283
Resultado de equivalência patrimonial	824	-	-	(824)	-
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	(6.440)	1.084	(24)	(824)	(6.204)
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	15.968	-	170	-	16.138
Despesas financeiras	(144.315)	(1)	(9)	-	(144.325)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	(134.787)	1.083	137	(824)	(134.391)
IR e CSLL corrente	-	(369)	(33)	-	(402)
IR e CSLL diferido	-	6	-	-	6
Lucro (prejuízo) líquido do período	(134.787)	720	104	(824)	(134.787)

Notas explicativas às Informações financeiras intermediárias
Em 31 de março de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Ativos e passivos por segmento em 31 de março de 2020 e 2019:

	31 de março de 2020				
	<i>Industrial Hub & T-Mult</i>	Fornecimento de Água	Outros	Ajustes e eliminações	Consolidado
Ativo					
Ativo circulante	87.034	9.877	4.267	(1.779)	99.399
Ativo realizável à longo prazo	1.538.447	55	-	-	1.538.502
Investimentos	103.489	-	153	(103.642)	-
Propriedades para investimentos	441.029	-	79.864	-	520.893
Imobilizado	2.986.674	2.385	9.705	(835)	2.997.929
Intangível	6.245	28	76	-	6.349
Diferido	28.326	-	-	(28.326)	-
Direito de arrendamento	2.071	17.990	-	(17.990)	2.071
Total do ativo	5.193.315	30.335	94.065	(152.572)	5.165.143
Passivo					
Passivo circulante	169.268	1.337	351	(1.994)	168.962
Passivo não circulante	4.955.489	18.297	483	(19.012)	4.955.257
Patrimônio líquido	68.558	10.701	93.231	(131.737)	40.753
Acionista minoritário	-	-	-	171	171
Total passivo e patrimônio líquido	5.193.315	30.335	94.065	(152.572)	5.165.143
	31 de dezembro de 2019				
	<i>Industrial Hub & T-Mult</i>	Fornecimento de Água	Outros	Ajustes e eliminações	Consolidado
Ativo					
Ativo circulante	68.048	9.955	4.600	(1.789)	80.814
Ativo realizável à longo prazo	1.521.870	51	-	-	1.521.921
Investimentos	103.403	-	116	(103.519)	-
Propriedades para investimentos	441.029	-	79.864	-	520.893
Imobilizado	3.023.006	2.218	9.702	(835)	3.034.090
Intangível	6.010	21	76	-	6.107
Diferido	29.843	-	-	(29.843)	-
Direito de arrendamento	1.931	12.116	-	(12.116)	1.931
Total do ativo	5.195.140	24.360	94.358	(148.102)	5.165.756
Passivo					
Passivo circulante	530.408	1.548	518	(1.933)	530.541
Passivo não circulante	4.701.885	12.357	482	(13.065)	4.701.659
Patrimônio líquido	(37.153)	10.456	93.358	(133.276)	(66.615)
Acionista minoritário	-	-	-	171	171
Total passivo e patrimônio líquido	5.195.140	24.361	94.358	(148.103)	5.165.756

Notas explicativas às Informações financeiras intermediárias
Em 31 de março de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

34 Compromissos assumidos

A Companhia e suas controladas assumiram compromissos de compras futuras no valor de R\$225.982 (R\$170.992 em 31 de dezembro de 2019), que deverão ser cumpridos conforme acordado em contrato.

	Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019
Porto do Açu (a)	221.246	168.104
Águas Industriais (b)	4.426	150
Reserva Ambiental Caruara	84	226
Outros	226	2.512
	225.982	170.992

- (a) Refere-se a gastos de despesas gerais e administrativas das naturezas de serviços como: vigilância e segurança, suporte em T.I, transportes de funcionários, alimentação, seguro de vida e saúde, viagens, serviços de engenharia, consultorias, manutenção, energia, entre outros.
- (b) Refere-se a gastos gerais e administrativos das naturezas de serviço como: consultorias, serviço de manutenção, energia, entre outros.

35 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento periódico das taxas contratadas *versus* as vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os valores estimados de realização de ativos e passivos financeiros da Companhia e de suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão vir a ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A política da Administração da Companhia no que tange à gestão de capital é manter uma base sólida de capital para garantir a confiança dos investidores, credores e mercado, bem como assegurar o desenvolvimento futuro do negócio. Com base nisso, a Administração acompanha as previsões de retornos sobre capital no planejamento plurianual.

O conceito do “valor justo” prevê a avaliação de ativos e passivos com base nos preços de mercado, quando se tratar de ativos com liquidez, ou em metodologias matemáticas de precificação, no caso contrário. O nível de hierarquia do valor justo fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo. Uma parte das contas da Companhia tem seu valor justo igual ao valor contábil; são contas do tipo equivalentes de caixa, a pagar e a receber, dívidas *bullet* e de curto prazo.

Notas explicativas às Informações financeiras intermediárias
Em 31 de março de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

O quadro abaixo demonstra os saldos contábeis e respectivos valores justos dos instrumentos financeiros e a segregação do nível hierárquico, incluídos nos balanços patrimoniais consolidados:

	31/03/2020			31/12/2019		
	Custo amortizado	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Valor justo por meio do resultado
Ativos						
Caixa e bancos	1.938	-	-	3.398	-	-
Aplicações financeiras	28.020	-	-	26.358	-	-
Títulos e valores mobiliários	2.948	-	-	3.431	-	-
Caixa restrito (*)	8.682	-	-	5.668	-	-
Clientes	105.685	-	-	100.871	-	-
Depósitos bancários vinculados	4.560	-	-	4.735	-	-
Depósitos restituíveis	55.026	-	-	52.491	-	-
Outros valores a receber	7.973	-	-	7.642	-	-
Créditos a receber	594.242	-	-	582.696	-	-
Debêntures	659.393	-	-	659.393	-	-
Créditos com terceiros	80.224	-	-	80.199	-	-
	1.548.691	-	-	1.526.882	-	-
Passivos						
Fornecedores	35.192	-	-	41.743	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	4.982.375	-	-	5.101.303	-	-
Outros passivos financeiros	8.726	-	-	6.419	-	-
Adiantamentos de clientes	22.069	-	-	22.667	-	-
Obrigações com terceiros	21.498	-	-	21.498	-	-
Passivo de arrendamentos	2.183	-	-	1.947	-	-
	5.072.043	-	-	5.197.603	-	-

(*) O contrato de financiamento com BNDES prevê a retenção em garantia de 55% dos recebíveis na controladora conforme cláusula contratual e demonstrado na nota explicativa nº6 item c – caixa restrito.

	31/03/2020			31/12/2019		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Passivos						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	4.982.375	-	-	5.101.303	-
	-	4.982.375	-	-	5.101.303	-

(Nível 1) Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos.

(Nível 2) *Inputs* diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).

(Nível 3) *Inputs* para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Ressaltamos que não foram observados instrumentos financeiros classificados como Níveis 1 e 3 durante o período em análise e que não ocorreram transferências relevantes de níveis para este mesmo período.

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são mensurados ao custo amortizado. Os valores justos calculados pela Administração, são de R\$5.164.660 em 31 de março de 2020 (R\$5.218.060 em 31 de dezembro de 2019), mantendo o próprio custo da dívida atual, pois não há base de comparação no mercado.

Notas explicativas às Informações financeiras intermediárias
Em 31 de março de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Uma parte significativa desse valor consiste em contas a pagar com partes relacionadas, empréstimos com BNDES, FI-FGTS e fornecedores estrangeiros, e por serem um mercado exclusivo consideramos como valor justo o valor contábil. Para os demais ativos e passivos financeiros, dadas as características e os prazos de vencimento deles, os valores justos não diferem de forma relevante dos saldos contábeis.

A Companhia possui política formal para gerenciamento de riscos. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir, a qual é aprovada pelo Conselho de Administração. Os resultados obtidos com estas operações e a aplicação dos controles internos para o gerenciamento de riscos foram satisfatórios aos objetivos propostos.

Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos

As diretrizes de proteção são aplicadas de acordo com o tipo de exposição. Os fatores de riscos relacionados a moedas estrangeiras que deverão ser obrigatoriamente neutralizados no curto prazo são de até um ano, podendo a proteção se estender a um prazo maior. A tomada de decisão frente ao risco das taxas de juros e inflação oriundas dos passivos adquiridos será avaliada no contexto econômico e operacional e ocorrerá quando a Administração considerar o risco relevante. A Companhia e suas controladas não detinham contratos de instrumentos derivativos em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019.

Riscos de Mercado

(ii) *Risco cambial*

Risco de flutuação nas taxas de câmbio às quais podem estar associados a ativos e passivos da Companhia.

A Companhia trabalha no gerenciamento do risco cambial no âmbito do consolidado de suas empresas para identificar e dirimir os riscos associados à oscilação do valor das moedas às quais estão associados ativos e passivos globais. O objetivo é identificar ou criar proteções naturais, aproveitando a sinergia entre as operações das empresas controladas pela Companhia, de forma a minimizar (ou mesmo evitar) o uso de derivativos de proteção, realizando o gerenciamento do risco cambial sobre a exposição líquida. Instrumentos derivativos podem ser utilizados nos casos em que não é possível utilizar-se da estratégia do *hedge* natural.

Em seu contexto operacional atual, a Companhia não possui riscos cambiais considerados relevantes pela Administração, tendo em vista que possui apenas um empréstimo com a Terex considerado imaterial. Adicionalmente, não há instrumentos derivativos em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019.

Notas explicativas às Informações financeiras intermediárias
Em 31 de março de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

(iii) Risco de taxa de juros

Conforme detalhamento da Nota explicativa nº 23 - Empréstimos, financiamentos e debêntures, a identificação de risco de taxas de juros é ligado ao deslocamento das estruturas de juros associadas aos fluxos de pagamento de principal e juros da dívida.

Em 31 de março de 2020, 99,97% do endividamento da Companhia estava associado aos índices de moedas locais, sendo 32,60% corrigidos pelo IPCA, 46,62% pela TLP e 20,75% pela Selic.

Com relação às receitas em reais, as receitas de aluguel da Porto do Açu são corrigidas pelo IGP-M. Os recursos financeiros estão aplicados em um fundo exclusivo da Prumo, no banco Bradesco, com política específica para aplicação em títulos de renda fixa de bancos de primeira linha, com indexação a CDI e com previsão de liquidez diária.

Com relação à mitigação dos riscos à variação das taxas de juros dentro do contexto atual apresentado, onde a empresa possui dívidas corrigidas por índices como SELIC, TJLP e IPCA adicionados de uma sobretaxa fixa e possui todo seu caixa aplicado em uma carteira de baixo risco com rentabilidade indexada ao CDI, a Administração não considerou relevante, no curto prazo, o risco de juros associado ao passivo do Grupo Porto do Açu e, portanto optou por não abrir posição em operações de *hedge* para neutralizar esse risco específico.

A tabela abaixo resume o fluxo futuro de pagamento da dívida em milhares de reais, por credor, com cenário de sensibilidade nos índices de taxa de juros, sofrendo oscilação (acréscimo) de 25% e 50%. Para o cenário base, foram projetados os índices de 31 de março de 2020 até o final dos contratos de empréstimo.

Consolidado - Fluxo de Pagamentos Futuros						
Descrição	Cenário Base		Cenário I - Alta de 25%		Cenário II - Alta de 50%	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
	BNDES (Selic e TLP)	7.473.128	6.437.521	7.837.053	7.696.979	8.202.529
Debêntures (IPCA)	2.901.575	3.667.440	3.626.969	4.584.301	4.352.363	5.501.161
Total	10.374.703	10.104.961	11.464.022	12.281.279	12.554.892	14.473.125

Risco de cash flow relacionado aos juros flutuantes

Existe um risco financeiro associado às taxas flutuantes que pode elevar o valor futuro dos passivos financeiros. O risco comum é a incerteza sobre o mercado futuro de juros, que tira a previsibilidade dos fluxos de pagamento. Em cenários de perda a estrutura a termo de juros se desloca para cima aumentando o valor do passivo. Alternativamente, a empresa ainda pode ter seus passivos reduzidos nos cenários de queda das taxas.

Notas explicativas às Informações financeiras intermediárias
Em 31 de março de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

O risco mais importante associado ao passivo de juros advém da emissão de debêntures corrigida pelo IPCA, como mencionado no tópico anterior. Como a receita futura da Companhia também terá o mesmo tipo de correção e ambas são de longo prazo - dívida com vencimento em 2027, fato que aumenta o grau de incerteza sobre o mercado devido ao prazo - existe a neutralização de projeção de receitas com a amortização da dívida, minimizando o risco em questão.

Risco de Crédito

O risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe no cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber e de instrumentos financeiros da Companhia. A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente.

Para mitigar os riscos, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise da situação financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como o acompanhamento permanente das posições em aberto. Para avaliação das instituições financeiras com as quais mantém operações, a referência são os *ratings* das principais agências de risco utilizada no mercado: S&P, Moodys e Fitch, usando a avaliação e risco nacional ou internacional para longo prazo.

A Companhia possui uma Política de Aplicações Financeiras, na qual estabelece limites de aplicação por instituição e considera a avaliação de *rating* como referencial para limitar o montante aplicado. Os prazos médios são constantemente avaliados bem como os indexadores das aplicações para fins de diversificação do portfólio.

Uma taxa de perda de crédito esperada é calculada para cada recebível com base na condição financeira de cada contraparte. A avaliação de crédito foi criada utilizando-se de premissas e dados históricos das principais agências de risco e bureau de crédito. As taxas de perdas são calculadas via uma matriz de multiplicação entre a taxa de perda de crédito esperada de cada recebível e o seu nível de inadimplemento na carteira e por meio do uso do método de rolagem, a probabilidade de receber avança por estágios sucessivos de inadimplemento até a baixa completa.

Risco de Liquidez

A Companhia e suas controladas monitoram seu nível de liquidez considerando os fluxos de caixa esperados em contrapartida ao montante disponível de caixa e equivalentes de caixa. A gestão do risco de liquidez implica em manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes e capacidade de liquidar posições de mercado.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros existentes, não descontados a valor presente, em 31 de março de 2020. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impacto dos acordos

Notas explicativas às Informações financeiras intermediárias
Em 31 de março de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

de compensação:

	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total
Passivos financeiros						
Fornecedores	23.036	-	12.156	-	-	35.192
Empréstimos, financiamentos e debêntures	209.190	190.218	407.100	1.381.893	9.430.235	11.618.636
Outros passivos financeiros	8.726	-	-	-	-	8.726
Passivo de arrendamento	658	658	867	-	-	2.183
Adiantamentos de clientes	-	2.391	19.678	-	-	22.069
Obrigações com terceiros	-	-	21.982	-	-	21.982
Total por faixa de prazo	241.610	193.267	461.783	1.381.893	9.430.235	11.708.788

(*) O IPCA projetado para o risco de liquidez foi atualizado de 6%a.a. para 4,5%a.a. a partir das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018.

Para fins de comparação seguem abaixo os vencimentos contratuais de passivos financeiros existentes em 31 de dezembro de 2019. Esses valores são brutos e não-descontados, incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impacto dos acordos de compensação:

	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total
Passivos financeiros						
Fornecedores	41.743	-	-	-	-	41.743
Empréstimos, financiamentos e debêntures	498.883	349.132	695.640	2.114.401	6.172.909	9.830.965
Passivo de arrendamento	-	2.026	-	-	-	2.026
Outros passivos financeiros	-	6.419	-	-	-	6.419
Adiantamentos de clientes	-	2.391	20.276	-	-	22.667
Obrigações com terceiros	-	-	21.498	-	-	21.498
Total por faixa de prazo	540.626	359.968	737.414	2.114.401	6.172.909	9.925.318

36 Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. A Companhia considera que a sua cobertura de seguros é consistente com as de outras empresas de dimensão semelhante operando no setor.

Em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019, as coberturas de seguros são as seguintes:

Notas explicativas às Informações financeiras intermediárias
Em 31 de março de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019
Riscos operacionais		
Danos materiais	86.864	69.344
Responsabilidade Civil e por Danos Ambientais	316.659	306.321
Lucros cessantes	265.484	206.150
	669.007	581.815

Notas explicativas às Informações financeiras intermediárias
Em 31 de março de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

* * *

Composição de Diretoria

José Firmo
Diretor Presidente

Fernando Mouta
Diretor Financeiro

Vinícius Patel
Diretor Administração Portuária

Mariana Moraes
Diretor Jurídico

Tessa Major
Diretor Comercial

Antonio Primo
Diretor Comercial

João Paulo Braz
Diretor Comercial

Ricardo de Luca
Diretor Comercial

Renato Vieira
Gerente de Controladoria
Contador CRC RJ 103.959/O-5